



provas de agregação de
WALTER ROSSA

relatório da unidade curricular
desconstrução da *cidade portuguesa*
urbanização e conceito

Universidade de Coimbra, Fevereiro de 2012

0	enquadramento legal e objetivo central	5
1	contexto	7
	no programa de doutoramento Patrimónios de Influência Portuguesa	8
2	a temática noutros contextos de ensino	11
3	o nome e a problemática	13
4	programa	19
	urbanização	21
	conceito	22
5	métodos	25
	distribuição e planeamento dos tempos	26
	materiais e meios	27
	avaliação	27
6	conteúdos	29
	I conceitos operativos	29
	II dos pioneiros ao <i>Universo Urbanístico Português</i>	31
	III antecedentes e agentes de um escol português de arquitetura, urbanismo e engenharia militar	36
	IV Lisboa 1: a <i>caput Mundi</i> cosmopolita como laboratório de processos e outros casos <i>clássicos</i> da dita modernidade quinhentista (<i>De Sagres...</i>)	37
	V De Mazagão...	39
	VI ...a Mazagão	41
	VII Lisboa 2: a nova Roma e outros desenvolvimentos iluministas como símbolos e corolário do modo português do 1º Império (...a <i>Vila Real de Santo António</i>)	44
	VIII continuidades e novas modernidades no 2º Império e a dimensão informal na contemporaneidade	46
7	bibliografia	49
	geral cronológica	50
	específica	59
	fontes impressas	66
8	ficha da unidade curricular (FUC)	69
9	notas	77

desconstrução da cidade portuguesa...

0 enquadramento legal e objetivo central

Este dossier corresponde ao relatório da unidade curricular *Construção da Cidade Portuguesa* que, sob o código AU3, integra o 4º semestre do curso de doutoramento/ 3º ciclo *Patrimónios de Influência Portuguesa* do Instituto de Investigação Interdisciplinar e do Centro de Estudos Sociais, através do qual a Universidade de Coimbra confere o grau de Doutor nos ramos científicos de Arquitetura e Urbanismo e Estudos Culturais.

O relatório assim constituído visa dar resposta ao requerido na alínea b) do artigo 5º e alínea b) do ponto 2 do artigo 8º do Decreto Lei nº 239/2007 de 19 de Junho, que regulamenta o grau de Agregado para o qual estou a requerer a prestação de provas em Arquitetura na Universidade de Coimbra.

Visa também ser uma base séria e integrada para o funcionamento da unidade curricular em questão, sendo distribuído aos seus alunos por forma a que, não só melhor conduzam o seu muito trabalho implícito nesta opção, como contribuam para a sua continuada melhoria em todos os aspetos.

1 contexto

Cumpriram-se seis anos desde que elaborei a primeira e, até agora, única versão do relatório sobre uma unidade curricular [UC] intitulada *Construção da Cidade Portuguesa* [CCP]. Quis o destino que o fim para que foi elaborado não se cumprisse, pois o programa de doutoramento *Arquitectura, Território e Memória*, que esse relatório propunha e no qual se inseria esta UC, acabou por não se implementar. Ensaivava-se então a adaptação do sistema de ensino universitário à Declaração de Bolonha de 1999, do que esse relatório também procurou dar conta de forma aplicada. Por isso é um documento datado e, hoje, profundamente desatualizado.

Porém, nem uma nem outra dessas vertentes do anterior relatório (UC e programa de doutoramento) foram inconsequentes. Por um lado esta UC já vinha sendo experimentada em contextos diversos, designadamente no curso de mestrado ATM — cuja única edição (2003-2005) serviu de ensaio ao programa de doutoramento homónimo referido no parágrafo anterior— e, numa versão bastante condensada, no *Programa de Doutoramento em Arquitectura* da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto nos anos letivos 2009/10 e 2010/11.

Paralelamente, a ideia de curso ao qual se dedicou o relatório inicial, evoluiu no sentido da criação do programa de doutoramento *Patrimónios de Influência Portuguesa* [PIP], sediado no Instituto de Investigação Interdisciplinar com base científica no Centro de Estudos Sociais e a cooperação do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Faculdade de Letras e da Faculdade de Economia, tudo unidades orgânicas da Universidade de Coimbra. No fundo trata-se de uma UC que migrou do contexto letivo estrito do ensino da Arquitectura para outro bem mais lato onde não deixa de ser estruturante.

Construção da Cidade Portuguesa é, pois, uma UC optativa do 4º semestre do PIP. Com o código AU3, pertence à área científica de Arquitectura e Urbanismo, vale 10 ECTS e tem uma carga horária letiva de 60 horas de contacto entre as 270 de trabalho. Será lecionada pela primeira vez nesse contexto entre 09 de Março e 04 de Maio de 2012. Bastante alterado em relação ao original, é para esse fim que este relatório surge agora, aliás diretamente adaptado ao horário que lhe foi fixado para o semestre que em breve terá início. Será porém, como tem de ser e tem sido, bastante flexível a adaptações para outros contextos letivos, designadamente em escolas do *universo urbanístico português* [UUP]¹.

Importa ainda saber que a experiência pedagógica desenvolvida no primeiro semestre do mesmo curso, no qual lecionei a UC obrigatória com o código IP1 e intitulada *Processos e Territórios da Expansão Colonial Portuguesa* — a qual tem as mesmas 60 horas e 10 ECTS que a CCP — foi absolutamente determinante para a proposta pedagógica e metodológica aqui desenvolvida. Desses pontos de vista tem, aliás, traços comuns a todas as UC do curso, as quais foram estabelecidas pelo seu conjunto de docentes sob proposta e articulação dos seus coordenadores.

**no programa de doutoramento
Patrimónios de Influência Portuguesa**

(<http://www.uc.pt/iii/doutoramentos/PIP>
<http://www.ces.uc.pt/doutoramentos/patrimonios/>)

O PIP é um curso de 3º ciclo organizado em oito semestres, sendo os quatro primeiros essencialmente constituídos por uma componente letiva. Com exceção para o primeiro semestre, em que todas as UCs são obrigatórias, em cada um dos demais os estudantes, além da frequência de uma UC obrigatória (sempre da área científica Investigação em Patrimónios), têm de cursar duas UC optativas que podem ser da área científica Estudos Culturais ou da de Arquitetura e Urbanismo. É a esta última que pertence a UC objeto deste relatório, na primeira edição do curso oferecida no quarto semestre.

O curso, concebido e coordenado por Margarida Calafate Ribeiro e por mim, foi criado por Despacho do Reitor da Universidade de Coimbra nº 243/2009 de 16 de Dezembro, tendo sido acreditado pela entidade própria em Março seguinte segundo o Processo nº NCE/09/01387. Em 8 de Outubro de 2010 teve início a sua primeira edição. No momento em que se compõe este relatório estão em estudo algumas alterações com vista a vigorarem na segunda edição, a qual terá o seu início em Outubro de 2012.

Outra evolução, neste caso de monta, é o da associação ao programa da Universidade do Algarve, o que essencialmente lhe aumentará valências na área das artes performativas e, em geral, em tudo o que diz respeito ao Brasil. Esta associação está a ser desenvolvida no âmbito do programa de ação da Cátedra Odebrecht-Capistrano de Abreu, da qual sou o titular.

A matriz do PIP é intrinsecamente multidisciplinar, entendendo o património como matéria intercultural, transversal e estruturante da contemporaneidade. Invocando aspetos tão vastos quanto a teoria da memória, a identidade, os estudos pós-coloniais, etc., o curso tem como âmbito de estudo aplicado a influência portuguesa no Mundo, o que remete para a geografia do passado colonial, mas nada obriga a que a isso se restrinja.

Houve e há muitos outros processos de influência, entre os quais e apenas como exemplo relevante, a emigração. É, aliás, uma perspetiva segundo a qual também é imediata a ideia de torna-viagem imbuída no termo (aqui conceito) de *influência*. Património assumido no plural, com vista a tornar claro o objetivo de ter em linha de conta os mais diversos aspetos das heranças culturais que continuamente alimentam a contemporaneidade. Património que não é história, mas o que dela subsiste na materialidade e imaterialidade, no permanente e no efémero do quotidiano.

Com base nos recursos humanos e científicos disponíveis, a primeira edição do PIP (2010-2014) apostou essencialmente nos temas do património arquitetónico, urbanístico, literário e linguístico, não tendo, contudo, deixado de incluir outras perspetivas (artes, antropologia, sociologia). Os estudantes selecionados provêm também de diversas formações académicas (arquitetura, história da arte, línguas, antropologia). O objetivo não é o de que se

miscigenem perdendo a sua identidade formativa, mas sim que a fortaleçam em confronto e complemento com outras perspetivas disciplinares. De forma simples e dirigida ao nosso objetivo: como produzir conhecimento sobre património urbanístico sem ter presente os agentes, os sons, os odores, os fatores climatéricos que preenchem, caracterizam, matizam, compõem e continuamente transformam o espaço urbano?

Tratando-se de um curso para formação avançada de investigadores e perante a abrangência temática que lhe é específica, as UC do PIP são programadas de forma a que mais do que o conhecimento factual transmitido, sejam os métodos e perspetivas de abordagem, a experiência e a(s) linha(s) de pesquisa dos respetivos docentes, os verdadeiros temas em debate. No fundo menos importa que um docente fale mais do Brasil ou da Índia, mas sim a forma como o faz, a perspetiva segundo a qual se coloca, etc.

Cada docente leciona uma matéria da qual é produtor direto e reconhecido de conhecimento, assim expondo as suas teses e pontos de vista, mas sempre em confronto científico com os demais e desafiando os alunos a fazerem parte destes. Aliás um dos recursos pedagógicos transversais a todas as UC do PIP é o da participação dos estudantes na preparação e lecionação de parte considerável das sessões. Estes aspetos — a fulanização das abordagens sobre o currículo do docente e a participação crítica e criativa dos discentes — são cruciais para que se entendam os *porquês* e os *como* desta UC.

A problemática em torno da existência ou não de um modo português de relação entre a arquitetura, o território e a sociedade — a *cultura do território*, neste caso portuguesa — tem sido o eixo da minha investigação, a qual tem como fim último construir e articular conhecimento que contribua para o planeamento de intervenções integradas e sustentáveis sobre os ativos físicos do meio ambiente, ou seja, sobre o património urbanístico e territorial. O que implica o estabelecimento de relações e redes de identidade. O Urbanismo é uma área, ou melhor, uma encruzilhada de conhecimento e não apenas um ofício. Nele mais do que na análise dos resultados é no desvendar dos processos que reside a chave do saber. Daí a relevância da História que aqui não é um objetivo, mas uma ferramenta crucial para a investigação.

E no cúmulo de tudo isso temos o facto de entre os estudantes coexistirem formações de base e projetos de investigação muito diversos, cujo elemento agregador é o seu valor cultural/ patrimonial com influência portuguesa. O que faz com que o objeto e saber urbanístico seja confrontado com outras narrativas e perspetivas metodológicas, também elas urbanas, que assim não só enriquecem a reflexão, como servem de processos de aferição dos resultados. Trata-se de submeter à interdisciplinaridade e diversidade o conhecimento, por vezes demasiadamente técnico e crítico, da urbanística na sua dimensão reflexiva e interpretativa.

Num curso de doutoramento, mais do que fornecer conteúdos importa abrir perspetivas e espaços para a construção de personalidades científicas.

2 a temática noutros contextos de ensino

A primeira versão deste relatório integrou um breve levantamento sobre o estatuto da *cidade portuguesa* no ensino da Arquitetura em Portugal, concluindo-se então que essa relação arquitetura-território-sociedade portuguesas quase não tinha espaços próprios nos currículos universitários. A situação pouco se alterou. Que eu tenha conseguido apurar, em qualquer dos ciclos do ensino de Arquitetura, apenas nos mestrados integrados em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto e na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa existem unidades curriculares optativas dedicadas: no primeiro caso a mais específica *História da Cidade Portuguesa* do 5º ano, no segundo *Arquitetura e Urbanismo da Expansão Portuguesa* do 3º ano. Não identifiquei nenhuma outra noutras formações de base de quem acaba por se afirmar como urbanista (geógrafos, engenheiros civis, etc.)

Também no contexto universitário das licenciaturas e mestrados em Ciências Humanas e/ou Sociais, a essa valência não foi ainda dada forma específica, abordando-se a história do urbanismo português no âmbito de unidades curriculares gerais ou como história urbana. As exceções são os mestrados em História da Arte da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa — com as unidades curriculares obrigatórias *Urbanismo da Expansão Portuguesa e Urbanismo Colonial Português*, sendo que a docente é a mesma — e a Licenciatura em História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra através da unidade curricular obrigatória do 3º ano *Cidade Portuguesa*, que também é optativa para qualquer outro curso daquela faculdade. Note-se como entre os casos se oscila na designação, bem como no espaço geográfico e intervalo cronológico da abordagem.

É com alguma perplexidade que verifico que também para os florescentes cursos de pós-graduação e/ou mestrado na área do património e/ou reabilitação urbana — que são bastantes e por isso é melhor não enumerar —, também não é considerada crucial a leccionação e debate da temática da relação arquitetura-território-sociedade, da cultura do território ou da história do urbanismo (como se queira) portuguesas ou globais. Talvez se parta do princípio de que a aquisição de tais conhecimentos é prévia, pois como é que se leccionam e debatem estratégias, técnicas e métodos de intervenção sem o conhecimento cabal do objecto, sem dominar as ferramentas para a sua leitura e interpretação?

Assim se pode constatar que, de uma forma geral, a eventual transmissão de conhecimento e a sensibilização para a problemática inicialmente enunciada, ocorrem no contexto de unidades curriculares de espectro mais largo, designadamente no âmbito das História do Urbanismo e/ou História da Arquitetura Portuguesa, sendo esta a designação de uma unidade curricular que, a exemplo de outros mestrados integrados em Arquitetura (Universidades do Porto e do Minho), faz parte do curriculum do conferido pela Universidade de Coimbra.

De 1997/98 a 2006/07 fui o regente dessa última unidade curricular, sucedendo ao seu criador e primeiro regente, Alexandre Alves Costa², do que resultou uma incontornável e profícua contaminação. Gradualmente ajustei o seu programa em torno da relação arquitetura-paisagem urbana-território, pois só nela me sinto confortável para desenvolver um discurso coerente em torno de especificidades passíveis de caracterizar alguma arquitetura como mais claramente portuguesa. É também a forma de dar mais de mim, da minha pesquisa e testemunhos pessoais, arquiteto que sou a arquitetos que são sem ainda o poderem assumir. É na cidade — que é sempre território — que a Arquitetura efetivamente se relaciona com a realidade do tempo. Estudá-la usando os casos do contexto geográfico que melhor se conhece é, por si só, uma opção pedagógica.

Atualmente é também com esses fundamentos, mas necessariamente segundo outro enfoque, que leciono no Mestrado Integrado em Arquitetura do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra [DARQ] as UC Cidade e Território I e II dos, respetivamente, sétimo e oitavo semestres. Em especial na primeira, que tem como tema “cultura” em complemento com o da segunda, “praxis”. Na realidade tenho vindo a confirmar, por diversas formas, que a composição entre as metodologias interpretativas, que corporizam disciplinarmente a História, com os processos do desenho, que são a base disciplinar específica da Arquitetura, conduzem a resultados de conhecimento operativo ímpares no âmbito da urbanística. Acresce a tudo isso o facto de, por razões práticas e pedagógicas, os casos de referência para ambas as UC serem, maioritariamente, processos urbanísticos e cidades portuguesas, o que no presente contexto tem particular significado. Mas não é, nem podem ser, a *cidade portuguesa* nem a História o múnus de ambas as UC em questão.

Acredito, porém, que o contributo da História, entre outros, para a formação básica dos arquitetos consiste essencialmente no desenvolvimento das capacidades do olhar e da sensibilidade para a realidade sobre a qual se intervém. Sendo evidente que o que nos rodeia é realidade contemporânea, acredito também que tudo isso tem espessura histórica sendo assim expressão cultural e civilizacional. A grande dificuldade consiste pois na avaliação da contemporaneidade segundo essa perspetiva e no estabelecimento de conceitos de ação para o futuro (projeto!?) em função dos desejos, necessidades e recursos dos atores. Por isso a história desta área do saber — a urbanística — é uma parte da própria. Daí que inclua no ensino dos conceitos básicos, culturais, sobre cidade e território, entre outros os de *património urbanístico* e *desenho da história*, que tenho vindo a aprender e ensaiar sobre os casos, temas e problemas da *cidade portuguesa*. Porém poderia fazê-lo com os das cidades de outras culturas, provavelmente com algumas variáveis formais, mas sem diferenças relevantes nesses conceitos.

A questão presente é para quê e como abordar tudo isso no contexto interdisciplinar e conceptualmente mais vasto do PIP, ao nível de um terceiro ciclo de estudos, sendo que o universo de alunos é constituído por um leque de formações e experiências diversas e não apenas por arquitetos.

3 o nome e a problemática

A designação da UC integra duas expressões que podem resultar ambíguas ou equívocas — *construção* e *cidade portuguesa* —, mas que uma vez explicitadas se apresentam como a sua chave temática e metodológica. Em auxílio dessa compreensão decidi acrescentar-lhe um subtítulo — *urbanização e conceito* — e o prefixo *des* que serão ratificados na próxima edição do PIP e definem o carácter analítico pretendido, sendo que o subtítulo clarifica os dois segmentos segundo os quais se explica e discute a construção da cidade portuguesa e se estruturam o programa e a metodologia.

Construção assume um duplo sentido, o da construção das cidades em si, ou seja, o seu processo mais ou menos longo e intenso de *urbanização* e o da construção e desenvolvimento do conceito *cidade portuguesa*. Pelo seu lado e dessa forma, a expressão *cidade portuguesa* vale assim propositadamente menos do que quando surge isolada no mais corrente discurso disciplinar, uma vez que antecedida de *construção* remete para a componente físico-espacial da cidade — o seu urbanismo materializado pela(s) arquitetura(s) — e não para o todo urbano. Mas não deixa de invocar o conceito homónimo que uma historiografia do urbanismo português, já tradicional, construiu em torno dessa expressão. É, assim, desde logo evidente a dimensão e dinâmica crítico-hermenêuticas que constituem o principal objetivo pedagógico desta UC.

A cidade é o habitat natural do homem, fazendo dele um ser civilizado, ou melhor, domesticado. O que decorre não só da sua eficácia funcional e gregária, mas também da projeção que biunivocamente dela emana e nela cada um faz das suas esperanças e temores³. As comunidades constituem, usam e transformam a sua cidade muito segundo essa relação, o que se torna agudo em contextos de colonização. Desde sempre para a cultura ocidental a cidade do colono foi, por excelência, o seu refúgio e, simultaneamente, o palco privilegiado para o exercício do seu poder sobre o outro, quer numa dinâmica de proselitismo civilizacional, quer segregadora e repressiva, se é que se podem dissociar. Esses fenómenos surgem também à escala interna do bairro, em especial em situações de gueto. Interagindo com as suas envolventes, também ali se estruturam hierarquias espaciais e de poder, podendo ou não ser admitidas expressões morfológicas e arquitectónicas próprias, por regra de matriz dita informal.

A *cidade portuguesa* é, em boa medida, um tema, uma teoria de resposta contemporânea (pós moderna) a essas realidades complexas para um universo cultural próprio. Tem, por conseguinte, um âmbito de interesse quase esmagadoramente confinado aos seus cidadãos, potencialmente até só aos privilegiados por esse sistema de relações. Já a *urbanística portuguesa* é uma problemática disciplinar e, assim, com um potencial de interesse geral. O que nos coloca perante opções, cuidados de formulação tão simplistas quanto o seguinte: tal como os portugueses nunca considerarão português o urbanismo produzido no seu território nos períodos romano ou islâmico, não é correto integrar no urbanismo brasileiro sem especificar como colonial, o que decorre de uma urbanística portuguesa. E agora *mutatis mutandis* para os demais.

Claro que a evolução mais recente do conhecimento sobre a problemática do *urbanismo português* e a sua consubstanciação histórica, teve como base o interesse preliminarmente suscitado pela temática bem mais vasta da *cidade portuguesa*. Mas também ali encontrou alguns escolhos sobre a forma de equívocos. Basta lembrar o primarismo dos argumentos dirimidos em torno da diferença entre os padrões urbanísticos portugueses e espanhóis, o mito do renascentismo dos traçados urbanos das cidades do antigo Estado da Índia Portuguesa, ou o feliz circunstancialismo na reação técnica e política qualificada, sem antecedentes, ao Terramoto de 1755.

Tudo isso teve como razões de fundo, entre outras, um nacionalismo primário e a rigidez metodológica com que se cristalizaram as barreiras cronológicas que isolaram a *idade de ouro portuguesa* (a da *expansão*) dos demais processos que nela convergiram e divergiram, entre os quais avulta o colonial, mas também a experiência da conformação medieva do território de origem e o intenso escambo cultural com o mundo hispânico produzido durante as seis décadas da União Ibérica (1580-1640). Cumpria-se o objetivo de aceitar e justificar tudo através de uma romântica, bisonha e isolada *genialidade lusitana*, à qual se contrapôs ou, se assim o entendermos, se juntaram propostas mais abrangentes e integradoras como o *luso-tropicalismo*, estigmatizado pelo contexto e aproveitamento ideológico no seio do qual surgiu na década de 1950.

E assim aflora de novo a problemática dos poderes em contexto colonial. A cidade é sempre uma expressão do poder, que em contexto colonial se assume em necessária afirmação de soberania. Tendo-se em linha de conta a implícita dimensão segregadora de classes e etnias, ter-se-ão produzido contaminação, mestiçagem, influências recíprocas? Foi e é inevitável. Haveria *cidade portuguesa* sem o retorno induzido pela geografia e populações não reinóis, ou seja, sem os territórios do império colonial? Claro que não, por si as expressões urbanísticas produzidas no território português europeu nunca divergiram o suficiente para se poderem isolar especificidades significativas. A temática da *cidade portuguesa* só pode fazer sentido numa escala mundial, não necessariamente restrita ao universo colonial, mas englobando toda a diáspora e segundo uma multiplicidade integrada de perspectivas disciplinares.

Com todo este enfoque que cartesianamente põe em causa a validade geral do conceito *cidade portuguesa*, a designação e âmbito desta UC deveria, pois, pura e simplesmente ser *urbanismo (ou urbanística) português*. Para além de implicar um programa bem mais disciplinar, seria precoce, pois é bom de ver o quanto isso afirmaria sobre a realidade que, precisamente, se quer discutir, desconstruindo e construindo o conhecimento com os alunos segundo o desafio base: *isso existe?* Por outro lado instalaria um equívoco cronológico por enquanto difícil de contornar. Adiante regressarei a esta matéria de forma mais detalhada, ainda que deva esclarecer já que entendo que, com o desenvolvimento do processo pedagógico-científico, uma vez operada no final a desconstrução da *cidade portuguesa*, da reconstrução/ renovação poderia resultar como designação para esta UC *Urbanística Portuguesa*.

Porém, antes de passarmos diretamente ao habitual trinómio programa-conteúdo-métodos, impõe-se-me ainda registar em cinco pontos-questões aspetos cruciais do meu posicionamento teórico e metodológico.

Em primeiro lugar destacar o quanto o desenvolvimento deste conhecimento tem um interesse operativo de ordem geral. O património urbanístico — um dos conceitos a desenvolver na primeira sessão do seminário, por distinção relativamente aos patrimónios arquitetónico e urbano — é um valor identitário operável dos sentimentos e reações de identidade dos cidadãos e na ecologia dos sistemas urbanos e territoriais. Conhecer a urbanística desses sistemas é o passo básico para a sua preservação, é a base de qualquer teoria e ação de regeneração urbana, ou de, como temos vindo a teorizar, produzir *salvaguarda em desenvolvimento*. A ideia de uma rede mais vasta (com ganho de escala e massa) tem um potencial de desenvolvimento, sustentabilidade, conforto e identidade que pode superar quaisquer expectativas. O conhecimento operativo da urbanística de qualquer comunidade é um recurso estratégico, maior se tiver a escala de uma rede global.

O segundo ponto consiste no facto de habitualmente se subentender que a geografia e a cronologia da *cidade portuguesa* correspondem às do 1º Império Português, ou seja, o que se constituiu entre o avanço para o Norte de África no século XV e se desmoronou com a secessão entre os reinos de Portugal e do Brasil em 1822. A geografia e cronologia do 2º Império — o que se compôs na segunda metade de Oitocentos e teve solução de continuidade no processo do 25 de Abril de 1974 — permanece num limiar disciplinar no que diz respeito à temática da *cidade portuguesa*, o que, no mínimo, é aberrante. Há mais escritos e publicações do que o que à primeira vista possa parecer, mas falta ainda muito para a sua arrumação, sistematização e sedimentação.

Uma das minhas principais propostas aos alunos consiste em que a produção urbanística — a *construção* de cidade — desse segundo período seja incluída no âmbito das análises, lançando-lhes o desafio de identificarem e desenvolverem o que falta: ferramentas metodológicas analíticas e interpretativas específicas. Acresço-lhe ainda a necessidade de se considerarem casos do domínio do *informal*, assunto a que regressarei adiante. Proponho-o porque se o que é esperado da história do urbanismo é operatividade física e cultural/ identitária, sem esse longo tramo cronológico, que diretamente nos conduz à contemporaneidade, não será possível compreender os fenómenos de hoje em todos os territórios abrangidos.

Dedutivamente, para já, assim se explica porque é que também considero que para o âmbito da *cidade portuguesa* é fundamental integrar o período medieval, no qual, aliás, melhor se compreende como não é tão exclusivamente portuguesa a *cidade portuguesa*. Em resumo: assumo desde já uma lógica de continuidade e tempos longos — que é a do urbanismo — não a de fracionamento e momentos de síntese mais própria de outras expressões da civilização; assumo também que a única matriz é a da contaminação e mestiçagem, não a da exclusividade ou pureza de modelos.

Em terceiro lugar impõe-se fazer notar, de forma necessariamente breve, o quanto são diversos os quadros fenomenológicos e, assim, metodológicos, dos modelos e formas urbanas em relação aos da demais cultura material, ficando a arquitetura num permeio. As formas viajam por dois meios: a) na mente (e/ou em narrativa); b) como formas propriamente ditas. Independentemente da interpretação e absorção que cada indivíduo delas faça, as formas da cultura material portátil exprimem-se por si só, em discurso direto e tendem para a estabilização; enquanto as da cultura material imóvel não, sendo assim que, para além de estarem em mutação permanente, são transmitidas por narrativa(s) ou figuração(ões). Com efeito podem ser representadas, mas o desenho, mesmo a fotografia, são sempre abstrações que criam realidades da realidade, ou seja, são narrativas de mediação da realidade e não a própria. O estímulo para a idealização autónoma é muito superior. Isso tem um impacto brutal na temporalidade, nos esquemas e sistemas de caracterização e análise.

A quarta questão consiste no uso da expressão no singular, ou seja, *cidade portuguesa* em vez de *idades portuguesas*. Ainda não sei com exatidão quando e por quem é que tal se fixou ali pela década de 1980. Mais importante seria saber o porquê. Os textos iniciais — de Mário Tavares Chicó, Luís da Silveira, Orlando Ribeiro — usaram o plural. A utilização do singular terá surgido com a pretérita constatação de haver uma maneira portuguesa de fazer cidade, o que pode corresponder a uma verdade ou resultar apenas da ignorância sobre realidades paralelas. Eu próprio contribuí para isso na década seguinte⁴, embora agora tenha mais dúvidas que convicções, o que, contudo, não põe em causa a ideia de uma escola portuguesa, de um conjunto de especificidades, uma *urbanística* (e assim regressaríamos à expressão *urbanismo português*).

É um desafio à altura de uma UC de um 3º ciclo. Por razões científicas e éticas importa desde logo afastar qualquer conteúdo ou pendor mítico que a expressão no singular possa carrear. Recorrendo à caricatura, imagine-se o que poderia resultar do cruzamento entre o título clássico de Santo Agostinho e as brumas figurativas e conceptuais do sebastianismo e do 5º Império. Uma coisa é utopia, romantismo e desejo, outra realidade e História. Uma coisa é cidade como entidade, outra é cidade como figuração de um conjunto de características de autonomia identificável comuns a vários conjuntos urbanos.

E com isso chegamos à quinta e última questão: *português/ portuguesa* em vez de *luso/ lusa*. Embora a designação comum seja *cidade portuguesa*, é comum ouvirmos e lermos *idades lusas* ou até *lusófonas*. Em primeiro lugar o âmbito geográfico do(s) Império(s) Português(es) foi bem mais amplo do que aquele em que a língua se fixou, o que, aliás, nos remete para um dos seus aspetos mais relevantes: as diversas formas que assumiu, ou seja, o como em muitos locais e momentos foi delegado e/ ou informal (à luz do que o imperialismo moderno estabilizou como significado de império)⁵. Por outro lado o que as expressões *português/ portuguesa* têm de abrangência e inclusão, as *luso/ lusa* têm de limitado e exclusivo. Numa época em que culturalmente, mas também sócio economicamente, estamos a estudar e a assumir a pluralidade global dos processos e culturas, é necessário desviar o foco da exclusividade para o das especificidades e complexidade das variantes.

As expressões *lusu* e *lusa* vêm, como se sabe, de Lusitânia, aquela pequena comunidade ou, se quisermos, nação que, de entre outras, as historiografias romântica e nacionalista elegeram como expressão da natividade da qual emergiram as características indígenas dos portugueses, aliás sempre muito discutíveis (bravura, independência, sacrifício, etc.). Poderia fazer sentido décadas atrás, não pode fazer hoje. Por exemplo, os lusitanos e os seus congêneres ibéricos antes da romanização/ latinização da península, foram os únicos ocupantes de longo termo do atual território português que nunca falaram o que quer que se parecesse com o que veio a ser o Português. Em suma, *lusu*/ *lusitano*/ *lusa* remetem para conceitos que, como raça, em nada correspondem ao que veio a ser e é Portugal e foi a sua diáspora. Nada de mais impróprio para se acrescer à sua hipotética *ci(vili)dade*.

Ao invés, Portugal e as suas derivações etimológicas, uma vez ultrapassados os incontornáveis e complexos traumas coloniais, podem significar bem mais que este pequeno espaço da Europa. Podem ser sinónimos de algo sobre um conjunto — a única forma simples de o denominar — em que, uma vez mais, o todo é bem mais do que o somatório das suas partes.

E assim chegamos ao item extremo da reflexão que aqui se pretende promover, o qual consiste nas eventuais dimensões do *informal* da *cidade portuguesa*, sendo que as mesmas podem ser abordadas segundo três grandes grupos ou expressões — de que se dá conta no último tópico (VIII) do ponto 6 (*conteúdos*) deste programa — colocando-se em todos a questão: também aí há influência portuguesa ou, ao invés, reside aí a chave da especificidade portuguesa? É uma nova dimensão da investigação sobre a *cidade portuguesa*, na qual a abordagem, para já, tem de ser necessariamente breve e experimental. Tem, contudo, o potencial de desurbanizar o conceito, remetendo-o para uma discussão interdisciplinar.

Ou seja, num mesmo ou diverso contexto experimental, a fortuna crítica da expressão *cidade portuguesa* também pode evoluir para o âmbito de civilidade há pouco induzido, saindo assim da esfera apertada do urbanismo ou, como o antevejo, considerando a abstração urbanística um suporte conceptual para a integração da diversidade disciplinar necessariamente envolvida.

4 programa

Nos “*objectivos (síntese das competências específicas a atingir por esta Unidade Curricular)*” da Ficha de Unidade Curricular [FUC], que elaborei em finais de 2009 para integrar o projeto do PIP e que agora tive necessariamente de rever (ver ambas as versões no ponto 8), lê-se:

“Nas últimas décadas a cidade portuguesa desenvolveu-se como um conceito disciplinar que, mais do que determinar a existência de uma urbanística (teoria) e urbanismo (praxis) específicos da cultura portuguesa, visa definir a conjugação de uma territorialidade, espacialidade e vivência com matrizes e características claramente identificáveis e únicas. / Confrontando a realidade/ urbanismo e a sua construção/ urbanização com a própria construção historiográfica e disciplinar do conceito, nesta unidade curricular provocaremos a sua desconstrução em colectivo com vista à sua reconstrução por cada um.”

Estando sumariamente definidos os objetivos e tendo sido versados no ponto anterior os problemas da designação — do que, no fundo, resulta um esboço temático desta UC — impõe-se agora prosseguir com a explicitação do programa, o qual, por razões não meramente retóricas, tem implícitas duas viagens de extensões e consequências completamente diversas. Tem também um desequilíbrio evidente entre épocas, subtemáticas e territórios, sendo que com o evoluir do conhecimento, mas também dos interesses específicos dos estudantes, de edição para edição serão necessariamente reajustados.

Ao invés do que foi necessário fazer noutras versões desta UC, o plano curricular do PIP cobre de forma mais diversificada e aprofundada, com docentes especializados, um conjunto de matérias-conceitos de natureza historiográfica, ideológica e filosófica, essenciais para a contextualização e compreensão de muitos dos assuntos específicos da temática da(s) *construção(ões) da cidade portuguesa*, que assim não são aqui referidos, mas estão implícitos. Em contrapartida, será necessário dotar os estudantes, em especial os não arquitetos, de algumas noções básicas de urbanística, designadamente a sua autonomia e relação com a arquitetura e a sociedade, mas também como a urbanística é a base imaterial sobre a qual se estruturam as narrativas materiais da urbanidade. Tudo isso impõe o funcionamento desta UC no último ano letivo do PIP.

Como já referi, no trilho para uma clarificação disciplinar entendo que os âmbitos cronológico e geográfico desta UC são os da história de Portugal com todas as suas expansões e contrações geográficas, coloniais e migratórias. Devo, no entanto, recortá-los à medida do próprio curso, ou seja e desde logo, o que é de *influência* portuguesa tende a fazer excluir o que é cabalmente português (se é que existe). Quero com isto dizer que, na medida em que isso seja possível sem prejudicar a compreensão integrada de todos os fenómenos, as cidades portuguesas de Portugal são o que menos nos interessam, a não ser quando se apresentem como banco de ensaios laboratorial. Por outro lado há cidades em Portugal que ainda hoje não são exclusivamente portuguesas, do que é exemplo maior Lisboa.

Com a mesma preocupação é necessário ter em conta que noutra UC — *Antecedentes da Cultura Espacial Portuguesa* — é detalhadamente abordado o histórico da urbanística portuguesa para as cidades da sua influência. Ressalve-se, contudo e desde já, o caráter absoluto de todas estas asserções e conceitos, pois coisa alguma do que é português surgiu do nada, mas sim de um quadro de outras influências. Em suma, a inclusão da Idade Média no programa desta UC seria redundante, embora tenha de estar subliminarmente omnipresente como, aliás, está no dia a dia das cidades e territórios.

No outro extremo da cronologia deparamo-nos com grande desconhecimento, o que se refletirá no espaço que lhe destinei (apenas uma sessão). Nos últimos anos tem vindo a sistematizar-se informação sobre a produção urbanística do 2º Império em África (ilhas, Guiné, Angola e Moçambique), mas também na Índia, Macau e, bem recentemente, Timor. Sabemos já muito de datas, antecedentes, nomes e processos, mas ainda não floresceram discursos interpretativos suficientemente abrangentes para autonomizar e, assim, caracterizar eventuais modos portugueses. Talvez porque estes não existam ou tenham existido com expressão assinalável, mas mesmo para isso se poder declarar é necessário investigar. Ou seja e como já o sugeri no ponto anterior, é necessário desafiar os alunos a estudarem comigo o assunto com a perspectiva interpretativa que se impõe.

Complementarmente e de forma breve, até porque neste caso o conhecimento é ainda mais escasso, proporei reflexão sobre eventuais dimensões informais e contemporâneas da cidade portuguesa. Como registei no final do ponto anterior (*o nome e a problemática*) são três os grupos ou expressões segundo os quais as classifico e articulo, o que ficará melhor caracterizado no último tópico (VIII) do ponto 6 (*conteúdos*).

Razões de ordem científica e pedagógica, mas também ética (uma vez que fui um dos agentes do conceito de *cidade portuguesa*), levam-me a optar por distribuir as tarefas de exposição das matérias entre mim e os alunos segundo os dois segmentos apresentados no ponto anterior e que constituem o subtítulo da UC: *urbanização e conceito*. O *como* é objeto do próximo ponto (*métodos*), mas importa desde logo explicar que se o primeiro segmento — a construção da cidade em si — é tarefa letiva minha, o segundo — a construção historiográfica do conceito *cidade portuguesa* — será objecto de investigação e apresentação pelos estudantes, obviamente orientados por mim e estimulados para permanentemente me questionarem.

Por outras palavras, desenvolverei a minha visão do problema lançando sempre pistas sobre as leituras e as formas como os outros problematizaram, o que depois será objeto da hermenêutica recensiva dos estudantes. No ponto seguinte veremos melhor como existe uma estreita conexão entre o desenvolvimento de ambos os segmentos. É, no entanto, fundamental para os mesmos a adoção de um segundo nível de confronto: o internacional. Ou seja, estar-se permanentemente atento e assinalar os fenómenos similares noutras culturas, prestando especial atenção às suas cronologia, fortuna crítica e interação com as realidades factuais e de produção de conhecimento

portuguesas. Fundamental, mas ainda muito difícil, é lograr colher e sintetizar informação sobre as culturas do território que interagiram e interagem com a influência portuguesa, porque só assim se pode avaliar o seu grau de retorno.

A montante está o conhecimento das realidades e evoluções históricas, culturais e nacionais dos espaços onde se produziram os fenómenos urbanísticos em análise. Podendo existir modelos urbanos puros, não os há com exclusivo nacional. Todos foram experimentados e desenvolvidos um pouco por todo o lado. Como as cidades são, matricialmente, indivíduos, todas são variações e complexos miscigenados, densas e dinâmicas nos modelos. Por outras palavras, são, sem exceção, matricialmente mestiças e plurais.

De tudo isso resulta claro porque é que o segmento exclusivamente a meu cargo pode aqui ter listados os tópicos programáticos, depois desenvolvidos em sumários de conteúdos, enquanto para o outro só é possível deixar pontos de partida como os que resultarão do desenvolvimento em exposição do tópico II.

urbanização

Segue-se a lista dos oito tópicos dos temas do segmento *urbanização*, que apresentarei em igual número de sessões com a duração de duas horas e meia (totalizando as 20 horas teórico-práticas determinadas na FUC), imediatamente seguidas de debate em seminário de hora e meia.

- I conceitos operativos
- II dos pioneiros ao *Universo Urbanístico Português 1415-1822*⁶
- III antecedentes e agentes de um escol português de arquitetura, urbanismo e engenharia militar
- IV Lisboa 1:
a *caput Mundi* cosmopolita como laboratório de processos e outros casos clássicos da dita *modernidade quinhentista* (*De Sagres...*)
- V De Mazagão...
- VI ...a Mazagão
- VII Lisboa 2:
a *nova Roma* e outros desenvolvimentos iluministas como símbolos e corolário do *modo português* do 1º Império (*...a Vila Real de Santo António*)
- VIII continuidades e novas modernidades no 2º Império e a dimensão informal na contemporaneidade

Importa fazer notar como apenas metade dos tópicos (IV a VII) se dedicam à cronologia e temas habitualmente tratados no âmbito da *cidade portuguesa*, organizando-se, aliás, segundo duas séries (ou duas viagens), sendo uma sobre essencialmente sobre o território de origem e a outra sobre o espaço colonial/ ultramarino. Os imediatamente anterior e o posterior colocam na ordem de trabalhos da unidade curricular tempos, problemas e espaços

normalmente deixados de fora. Tudo isso é antecedido da necessária abordagem conceptual e terminológica e de uma história da história.

Aqui e no ponto 6 (*conteúdos*) não são feitas considerações sobre a escala de detalhe das análises, que incidirão sobre todos os aspetos dos contextos e procedimentos, mas especialmente sobre os da morfologia urbana (forma urbana, parcelário, praças, ruas, lotes, portas e muralhas, etc.), seguindo-se o princípio do urbanismo como uma longa narrativa da sociedade que quotidianamente o determina. Na impossibilidade e falta de rendimento em abordar todos os temas ou casos de forma exaustiva, optarei por me deter sobre os mais expressivos, polémicos e com maior número de lições, referindo os demais por reporte àqueles.

A forma como entendo a história do urbanismo e como considero eficaz e cientificamente válida a investigação no seu âmbito disciplinar, impõem que o discurso seja essencialmente feito a partir da realidade atual, operando segundo as camadas (*layers*) e hipertexto (*hyperlinks*).⁷ Por outro lado é essa a única via para a sua operabilidade, quer nos domínios das ações de planeamento e gestão urbana, quer no âmbito dos estudos culturais. De forma simples: o discurso adotado terá sempre como base a realidade contemporânea. No fundo as únicas cidades históricas são as que desapareceram, todas as outras são contemporâneas. O que especialmente estimulante quando vistas como dinâmicos fenómenos pós-coloniais.

conceito

A construção do conceito *cidade portuguesa* constitui, como vimos, a encomenda de investigação e exposição que farei aos estudantes. Para tal deverão proceder à leitura e análise detalhada, com essa perspetiva, da obra de um ou de um conjunto de personalidades que num momento, ou em vários da sua carreira, se tenham dedicado, ou estejam a dedicar, a investigar, refletir e/ ou publicar sobre matérias que se cruzem ou contribuam diretamente para o tema da *cidade portuguesa* ou do *urbanismo português*.

Não têm, necessariamente, de ter escrito para o corpus disciplinar da história do urbanismo, mas sim contribuído de qualquer forma para o desenvolvimento ou divulgação do conceito. Esse trabalho terá necessariamente de conjugar os textos com os respetivos contextos, perfis e percursos de vida dos autores, sendo fundamental um balanço de enfoque pós-colonial.

A tarefa individual, programada e preparada em seminário comigo e com os demais colegas, dará lugar à apresentação formal numa sessão de seminário e, no final, à entrega de um texto redigido por forma a poder ser submetido para publicação em revista científica ou como capítulo de um livro comum. É subentendido que neste momento do curso os estudantes optam por esta unidade curricular, com a expectativa de encontrarem um espaço no qual possam estudar e/ ou desenvolver um ou mais aspetos dos projetos de dissertação que simultaneamente estão a elaborar.

Serão particularmente bem vindas propostas que tragam nomes e formas de expressão normalmente afastados por se situarem do lado de fora dos limites disciplinares. Há muita descrição e reflexão sobre cidade que a urbanística tem ignorado, mas que urge integrar. Propostas que terão de ser bem fundamentadas para discussão plena em seminário.

Por forma a que melhor se possa entender o que se pretende, segue-se uma lista de personalidades individualizadas ou agrupadas, que não pretende ser exaustiva, nem impede o seu agrupamento de forma diversa. Com algo de aleatório são uma dúzia, mas deverão ser sempre em número superior ao dos alunos inscritos na UC por forma a se constituírem como opções plurais. A relevância relativa de cada um deles pode começar por ser verificada na bibliografia que, contudo, fica longe de ser exaustiva para qualquer caso. Esclareço desde logo que esta lista é seguida e sumariamente desenvolvida no detalhamento dos conteúdos do tópico II.

- i pioneiros ad-hoc da historiografia da *cidade portuguesa*
Aroldo de Azevedo, Mário Tavares Chicó, Luís da Silveira, Robert Smith
- ii pioneiros geógrafos da *cidade portuguesa*
Orlando Ribeiro, Ilídio do Amaral, Jorge Gaspar, Maria Clara Mendes
- iii José Augusto França, José Eduardo Horta Correia
- iv Nestor Goulart Reis Filho
- v Paulo Santos
- vi Roberta Marx Delson
- vii Paulo Ormindó de Azevedo, Murillo Marx
- viii José Manuel Fernandes
- ix Fernando Távora, Alexandre Alves Costa, Bernardo José Ferrão
- x Nuno Portas, Maria João Madeira Rodrigues
- xi Manuel Teixeira
- xii a nova geração do *Universo Urbanístico Português 1415-1822*

5 métodos

— *como lecionar num curso de doutoramento?*

Um dos principais desafios lançado aos estudantes que frequentarem esta UC, será o de contribuírem para o enriquecimento deste relatório, ao ponto de um dia poder vir a fazer sentido como compêndio sobre o(s) assunto(s) que versa. Este facto é objectivo, que obviamente encontra justificação no nível académico e científico exigível a um programa de doutoramento, rege o sistema metodológico adotado e que passo a descrever.

Nos “*Métodos de Ensino*” da FUC original (ver no ponto 9) lê-se:

“A unidade curricular estruturar-se-á sobre 15 sessões de trabalho de quatro horas cada. Dez delas serão repartidas entre uma parte expositiva (com recurso a meios áudio-visuais) e a discussão em seminário dos assuntos versados, os quais estão sucintamente listados no Programa Mínimo. A abordagem de cada tema terá em linha de conta, sempre que existam dados para tal, três momentos a recordar, sendo evidente o carácter de charneira do segundo: 1) o do constituição do facto; 2) o da produção do conhecimento sobre ele; 3) o da sua contemporaneidade.

Depois de duas daquelas aulas será realizada uma terceira, que consistirá na apresentação e discussão da ficha de leitura que cada aluno preparou acerca de uma obra, ou conjunto coerente de obras, directamente relacionadas com os temas abordados nas sessões anteriores.”

A experiência pedagógica já desenvolvida no PIP, quer pelos demais colegas, quer por mim, levou-me a repensar e reformar tudo isso, sendo que a redação deste ponto relevante da FUC passará a ser a seguinte:

“A unidade curricular estruturar-se-á sobre 15 sessões de trabalho de quatro horas cada. Além da de apresentação e programação, oito dessas sessões serão repartidas entre uma parte expositiva e a discussão em seminário dos assuntos versados, os quais estão sucintamente listados no Programa Mínimo e dizem respeito ao segmento urbanização da temática. A abordagem de cada tema terá em linha de conta, sempre que existam dados para tal, três momentos, sendo evidente o carácter de charneira do segundo: 1) o do constituição do facto; 2) o da produção do conhecimento sobre ele; 3) o da sua contemporaneidade.

Alternadamente, as demais sete sessões serão utilizadas na preparação e exposição de trabalhos individuais pelos alunos, os quais versarão sobre o segmento conceito.”

Vejamos agora mais detalhadamente o que isso significa, levando em linha de conta que os 10 ECTS conferidos por esta UC pressupõem uma carga de trabalho de cerca de 270 horas. Sendo 60 de contacto, as restantes 210 horas deverão corresponder a trabalho desenvolvido autonomamente incluindo o apoio do docente fora do tempo letivo.

distribuição e planeamento dos tempos

De acordo com a FUC, nesta UC existem dois tipos de tempos letivos: aulas teórico-práticas que ocupam (2,5 x 8) 20 das 60 horas de contato, e seminário para os qual dispomos das 40 restantes. De acordo com o ponto anterior (*programa*), as aulas teórico-práticas servirão para o desenvolvimento por mim, em exposição mais ou menos formal, dos oito tópicos ali enunciados para o primeiro segmento do programa (*urbanização*), cujos conteúdos estão desenvolvidos no ponto seguinte. Os tempos de seminário distribuem-se em duas partes: (1,5 x 8) 12 horas para debates sequentes aos oito tempos teórico práticos, (4,0 x 7) 28 para a preparação, desenvolvimento e apresentação dos trabalhos de pesquisa individuais dos alunos.

Essa distribuição ocorre segundo as 15 sessões de 4 horas cada disponíveis. A primeira ocupa uma manhã ou tarde dos dias de funcionamento letivo do curso, mas as demais 14 agrupam-se em sete dias (uma sessão de manhã e outra à tarde) separados por intervalos de duas semanas.

Na primeira sessão, para além da apresentação da UC e do seu funcionamento, será feita a exposição, seguida de debate, do primeiro tópico do programa: *conceitos operativos*. Previamente será indicada e exigida a leitura cuidada deste dossier até à próxima sessão. No final das aulas teórico-práticas serão indicadas leituras de textos para preparação da sessão seguinte, embora se conte com a pesquisa autónoma que cada um deve efetuar até em linha com a elaboração do projeto de dissertação em curso. Na realidade um dos instrumentos metodológicos fundamentais nestas sessões será a referência crítica/ pessoal a textos especificamente selecionados. Conforme as disponibilidades de meios e agenda poderei solicitar a ajuda de alguns colegas especialistas num dado item.

Duas semanas depois num mesmo dia terão lugar o primeiro par de sessões sequenciais. Na da manhã será desenvolvido o tópico *dos pioneiros ao Universo Urbanístico Português 1415-1822*, o qual simultaneamente se constituirá como ponto de partida para a tarefa do seminário da sessão da tarde: iniciar o processo de escolha por cada aluno “*de um ou de um conjunto de personalidades que num momento, ou em vários da sua carreira, se tenham dedicado, ou estejam a dedicar, a investigar, refletir e/ ou publicar sobre matérias que se cruzem ou contribuam diretamente para o tema da cidade portuguesa ou do urbanismo português.*”⁸

Essa escolha terá como fim a sua responsabilização pela preparação de uma apresentação para cerca de uma hora, bem como, “*à entrega de um texto redigido por forma a poder ser submetido para publicação em revista científica ou como capítulo de um livro comum.*”⁹ O conjunto daquelas apresentações será efetuado nas últimas sessões de seminário (tardes), num máximo de 3 por sessão e de acordo com o número de alunos que frequentem a UC.

As restantes sessões (das 7 tardes de seminário), num número previsível entre 2 e 4, serão ocupadas com o desenvolvimento desses trabalhos, sendo fundamentais as discussões a gerar entre os alunos segundo os autores de

que cada um se estará a ocupar. Tudo deverá estar em permanente confronto com os assuntos e perspetivas abordados nas aulas teórico-práticas. Tal como para aquelas, poderão ser programados convites a algumas personalidades para um ou mais seminários, tudo dependendo da estratégia dos trabalhos e das disponibilidades de meios e de agenda.

materiais e meios

Os materiais essenciais ao funcionamento desta UC são: fontes e bibliografia especializada, em boa medida já existente em bibliotecas da Universidade de Coimbra, mas também em linha em sítios como a *Biblioteca Nacional Digital* (purl.pt/index/geral/PT/index.html) e o *Memórias de África e do Oriente* (memoria-africa.ua.pt); planos, cartografia, iconografia e fotografia atuais e antigos dos objetos urbanos tratados e/ ou abordados, dos quais disponho de uma ampla base de dados em suporte digital, para além das muitas já disponíveis on-line, designadamente as da base *Património de Influência Portuguesa* (www.hpip.org) e do *Arquivo Digital de Cartografia Urbana* (cartografiaurbana.ceurban.com/).

Em unidades curriculares do PIP decorridas anteriormente foram desenvolvidos de forma aprofundada métodos de análise de imagens e textos que agora serão muito úteis. Com isso foram também visitadas os principais elencos de fontes primárias, mas também as abordagens historiográficas de intermediação entre aquelas e a historiografia mais recente.

Além do material visual já referido disponho ainda de um bom conjunto de desenhos de análise e interpretação — por vezes de reconstrução exploratória — que considero fundamentais, não apenas pela sua expressividade, mas como exemplos claros e estimulantes de como o desenho é uma ferramenta fundamental para a investigação e comunicação em história do urbanismo. Concomitantemente, a morfologia urbana é um dos principais objetos e meios de análise a estimular, sendo crucial diluir o mito de se tratar de uma matéria excessivamente árdua para quem não tenha uma adequada formação de base.

A utilização de meios de projeção, também disponíveis, é fundamental para os mais diversos momentos do funcionamento da UC, quer nas aulas teórico-práticas, quer nos seminários, sendo também indispensável o acesso on-line a bases de dados e, designadamente, ao GoogleEarth, GoogleMaps (<http://maps.google.com/>) e Wikimapia (wikimapia.org).

avaliação

A avaliação final terá em conta não apenas o resultado alcançado — apresentação e texto — mas todo o processo desenvolvido e a preparação e participação nos seminários, sendo tidas em linha de conta as especificidades da formação de base de cada um e a linha de investigação em desenvolvimento conducente à produção da respetiva dissertação de doutoramento.

Não há lugar à realização de provas escritas ou orais de frequência ou de exames, nem mesmo de recurso.

6 conteúdos

Uma vez explicitadas as questões formais, conceptuais e metodológicas, passo agora à sumarização desenvolvida dos conteúdos de cada um dos pontos do programa. Note-se o seguinte: a) disponho de um máximo de duas horas e meia para a exposição de cada tópico; b) em aula integrarão o discurso múltiplas imagens; c) os alunos disporão deste relatório, pelo que estarão em condições de se prepararem autonomamente para participar.

Como já referi no ponto 4 (*programa*) nem ali nem aqui “*são feitas considerações sobre a escala de detalhe das análises, que no entanto incidirão sobre todos os aspetos dos contextos e procedimentos, mas especialmente sobre os da morfologia urbana (forma urbana, parcelário, praças, ruas, lotes, portas e muralhas, etc.)*”. Porém também ali ficou dito que não sendo possível abordar exaustivamente todos os casos, seria dada particular atenção aos “*mais expressivos, polémicos e com maior número de lições, referindo os demais por reporte àqueles*.” Na realidade o tipo de assuntos — mais ou menos conceptuais, , mais ou menos descritivos, mais ou menos formais e, assim, demonstráveis — impõe uma maior ou menor extensão na explicitação dos conteúdos, sem se poder depreender intensidade e densidade diversas entre cada uma das aulas.

Sem que isso de forma alguma substitua o manuseamento das listagens bibliográficas inseridas no ponto 7, no desfiar de alguns destes pontos foram inseridas algumas obras que têm relação direta com o que é focado no texto (por vezes com as próprias expressões utilizadas nos títulos), sendo na maior parte sùmulas ou concentrações de conhecimento específico.

I conceitos operativos

Nesta primeira sessão de seminário, começarei por fazer uma brevíssima apresentação da UC, uma vez que este dossier será previamente disponibilizado aos estudantes com a recomendação da sua leitura analítica. Seguir-se-á uma exposição de um conjunto de ideias e conceitos específicos e fundamentais ao que será desenvolvido nas demais sessões.

Como acima fiz notar, no contexto deste programa de doutoramento tudo quanto diz respeito aos conceitos de ordem filosófica e ideológica, mas também historiográfica, literária, antropológica e sociológica, foi desenvolvido em outras UC, designadamente as obrigatórias, por colegas especializados e com uma profundidade superior à que outras versões desta CCP incluíam nos respetivos conteúdos.

Assim se dispensam as abordagens a temas, conceitos, autores e textos constituintes dos estudos pós-coloniais (indígena, autóctone, mestiçagem, identidade, memória, património, luso-tropicalismo, portugalidade, império, etc.), e contextualizações históricas longas e/ ou genéricas. Também não serão invocados o florescimento das historiografias nacionais, nuns casos a par dos movimentos autonómicos (Índia, África, Timor), noutros na pesquisa das identidades (Portugal, Brasil, Macau), o que contudo é fundamental para a compreensão dos fenómenos urbanos e urbanísticos a observar.

Segue-se a lista, em palavras-chave dos principais itens a discutir nesta primeira sessão, organizados por blocos e listados em sequências de articulação/ relação ou pares de confronto:

agentes, ritmos, escalas

escola, escol, academia

tempo, história, património

vanguarda e estilo

séries formais¹⁰ e temporalidade¹¹

tempos (longos) e ritmos (graduais) do urbanismo

popular e erudito

popular e pragmático

popular como processo integrador e de longo curso

território, cosmopolitismo, tropicalismo

arquitetura, cidade, território, paisagem, sociedade

cultura do território e estratégia

polis, *civitas*, cidade, civilização, civilizado, civilidade, cidadão, cidadania

urbs, urbe, urbano, urbanidade, urbanismo, urbanização, urbanística

cidade e urbanismo

grau zero e grau absoluto

plano, projeto e desenho

forma e morfologia

morfologia urbana e narrativa

orgânico e aditivo

regulado e regular

desenhar a história

património urbano vs património urbanístico

II dos pioneiros ao *Universo Urbanístico Português*

Conforme acima se viu, o segmento *conceito* do programa será desenvolvido pelos alunos em trabalhos individuais sobre a “obra de um ou de um conjunto de personalidades que num momento, ou em vários da sua carreira, se tenham dedicado, ou estejam a dedicar, a investigar, refletir e/ ou publicar sobre matérias que se cruzem ou contribuam diretamente para o tema da cidade portuguesa ou do urbanismo português.”¹² Para tal será por certo muito importante que a questão seja introduzida de forma abrangente, o que é o objetivo a perseguir nesta segunda aula.

Os objetos de trabalho de todos, as cidades, são muito diversos e complexos, o que necessariamente se reflete nas leituras que deles se fazem e no trabalho individualizado de cada um. Procurarei fazer uma apresentação dessas leituras objetiva, factual e documentada, ou seja, desenrolando os factos e os seus contextos sem entrar, além do estritamente necessário, em questões interpretativas e classificativas, pois será essa a tarefa do desenvolvimento dos alunos. Terei, contudo, de deixar algumas pistas que possam estimular e orientar as pesquisas, no que a listagem dos textos de cada um bem além do que vai na bibliografia anexa será por certo um bom contributo.

No que toca à minha produção sobre a temática, procurarei, por razões pedagógicas mas também éticas, exercer o máximo distanciamento, até porque dela darei conta detalhada nas sessões seguintes. Claro que a própria eleição dos nomes e obras e a respetiva arrumação aqui propostas são expressões inevitáveis e sempre equívocas do que penso, mas uma vez assumidas espero poder torná-las tão flexíveis quanto enriquecedoras. Sendo nesta aula que mais me cruzo com o pensamento de outros autores-investigadores, seria impossível não o fazer em todas as demais, pois não há casos, temas, objetos, etc. que não tenham sido abordados por mais do que um. Nelas sentir-me-ei à vontade para o exercício crítico, não nesta.

Recorrerei à lista de autores elaborada para o segmento *conceito* do programa como índice da sessão, acrescentando-lhe agora alguns dados orientadores. São, contudo, ainda necessárias duas advertências:

- a) a arrumação/ associação dos nomes poderá nem sempre parecer lógica, designadamente nos itens vii e x; pretendo, apesar de tudo, conseguir balançar uma menor expressão da produção específica, com a relevância dos atores, a sua inserção geracional, o seu papel como pedagogos, etc., independentemente de terem formações, filiações, percursos e pesos e densidades muito diversos;
- b) muitos outros nomes aflorarão (por exemplo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Jaime Ferreira Alves, José Luís Mota e Meneses, Pedro Dias, Rafael Moreira), sendo que também eles poderão vir a ser tema dos trabalhos dos estudantes no âmbito do segmento *conceito*, assim surjam a proposta e fundamentação necessárias.

Um aspeto relevante, mas pouco trabalhado, é o da relação da evolução do trabalho e pensamento destes autores face ao de colegas tratando de temáticas similares noutras culturas. De facto tenho vindo a fazê-lo no que diz

respeito ao universo hispânico, mas não tenho encontrado informação, nem conseguido evoluir de forma significativa para outros. Há algumas razões para tal — designadamente grandes diferenças dos processos, abordagens e cronologias —, mas tudo carece de ser revisto e confirmado, desafio que será deixado sobre a mesa de trabalho.

- i** pioneiros ad-hoc da historiografia do urbanismo português
Aroldo de Azevedo (1910-1974), Mário Tavares Chicó (1905-1966),
Luís da Silveira (1912-), Robert Smith (1912-1975)

Desde sempre houve autores que se interessaram por descrever as realidades urbanísticas dos espaços que são o objeto desta UC, sendo que alguns se constituem como fontes inestimáveis para a investigação. No entanto só na década de 1950 surgiram os primeiros textos cuja abordagem os permite classificar como historiografia do urbanismo português. Foram produzidos por indivíduos de formações e origens muito diversas, sendo o ano de 1956 particularmente significativo. Curioso é que isso aconteça dois anos após o surgimento para o universo hispânico da sua obra seminal: *Resumen Historico del Urbanismo en España*¹³.

De entre esses trabalhos, os mais influentes foram publicados por dois historiadores da arte que jamais haviam escrito ou voltariam a fazê-lo sobre urbanismo. Na linha das breves alusões à questão feitas por Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) na segunda edição (1947) de *Raízes do Brasil*¹⁴, desenvolveram e instalaram um conjunto de equívocos que ainda hoje condicionam o desenvolvimento da temática.

Note-se como nesta década os regimes ditatoriais português e espanhol se foram encerrando ao contexto internacional que, com o pós guerra, lhes era adverso. São de então as tentativas de fazer submergir o colonialismo português sob a ideia de um país ultramarino, no que o emergir da teoria do luso-tropicalismo assumiu um papel legitimador. Pelo seu lado, o Brasil vivia quase duas décadas (1946-1964) de fulgor económico e democrático entre duas ditaduras.

Numa linhagem de cariz antropológico são ainda de referir os trabalhos de Thales de Azevedo (1904-1995)¹⁵ e Theodoro Sampaio (1855-1937)¹⁶ publicados no âmbito da coleção *Evolução Histórica da Cidade do Salvador* comemorativa dos 400 anos da fundação daquela cidade.

- ii** pioneiros geógrafos da *cidade portuguesa*
Orlando Ribeiro (1911-1997), Ilídio do Amaral (1926-),
Jorge Gaspar (1942-), Maria Clara Mendes (1947-)

Com antecedentes de pouca expressão (Amorim Girão, p.e.), foi Orlando Ribeiro o pai da geografia urbana portuguesa, dedicando ao estudo das cidades portuguesas parte da sua obra, em especial a partir da década de 1960. É muito clara a sua procura, nesse âmbito temático, das especificidades portuguesas face às espanholas. Porém a maior parte desse esforço permaneceu inédito até que em 1994 foi publicado o quinto volume da sua obra completa¹⁷.

Orlando Ribeiro influenciou alguns dos nomes aqui listados e comentados, sendo o mestre direto ou indireto de diversos geógrafos que se dedicaram a temas urbanos. De entre eles, para a nossa temática impõem-se os nomes e obras de Ilídio do Amaral, Jorge Gaspar e Maria Clara Mendes, o primeiro pela sua dedicação aos territórios e cidades coloniais portuguesas da África ocidental, o segundo por, entre outros aspetos, ter sido o pioneiro do estudo do urbanismo medieval português, a última pelos seus trabalhos sobre Maputo e pela linha de investigação que criou e desenvolveu em torno do planeamento e urbanística do Estado Novo nas colónias.

iii José Augusto França (1922-), José Eduardo Horta Correia (1938-)

Em 1962 José Augusto França apresentou a sua tese de doutoramento *Lisboa Pombalina e o iluminismo*.¹⁸ De um ponto de vista estritamente metodológico terá sido o primeiro trabalho de fundo da historiografia do urbanismo português. Não é, contudo, um texto direcionado a essa temática, mas sim à exceção do caso e, muito em especial, dos seus processos e personagens. Pouco ou nada se sabia então sobre os antecedentes. Pese embora o facto de o historiador de arte, no que diz respeito ao urbanismo, não se ter dedicado a outros casos, foi ainda fundamental o papel que teve como fundador da escola de historiadores da arte da Universidade Nova de Lisboa e, muito em especial, como orientador de José Eduardo Horta Correia.

Horta Correia, primeiro com o seu trabalho de doutoramento sobre Vila Real de Santo António¹⁹, mas depois com a sua docência e, fundamentalmente, como orientador de múltiplas teses, foi o fundador de uma escola de historiadores de urbanismo, a maior parte arquitetos, na qual os temas da relação estreita entre o urbanismo, a arquitetura e a engenharia militar — e a proposta de tudo isso configurar uma escola — foram o múnus temático, hoje ampliado para outros âmbitos e geografias.

iv Nestor Goulart Reis Filho (1931-)

Com a sua prova de livre docência *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)* de 1964²⁰, este arquiteto paulista tornou-se não só no primeiro, mas também na principal referência para os estudos históricos sobre o urbanismo colonial português no Brasil. Desenvolvendo uma intensa atividade editorial e de investigação sobre temas de história da arquitetura e do urbanismo brasileiros, mas também sobre o urbanismo contemporâneo, é de destacar o seu investimento na identificação e catalogação da cartografia, projeto e iconografia antiga dos seus objetos de estudo. É também relevante o seu papel de pedagogo, fomentando o florescimento de um relevante rol de investigadores nas gerações que se lhe seguiram.

v Paulo Santos (1904-1988)

O trabalho *Formação de cidades no Brasil colonial* de 1968²¹ foi a única contribuição de grande fôlego do arquiteto e professor carioca para a nossa temática. Teve, contudo, grande importância, apresentando-se como uma leitura complementar da de Nestor Goulart Reis Filho pois, entre outras particularidades, cobriu um âmbito cronológico mais vasto.

vi Roberta Marx Delson (1945-)

Esta investigadora americana, de formação multidisciplinar, desenvolveu quase isoladamente um considerável trabalho de investigação autónomo e singular sobre a América Latina e, muito em especial, sobre o Brasil. A sua tese de doutoramento, *Town Planing in Colonial Brazil* de 1975 deu origem, quatro anos depois, a *New Towns for Colonial Brazil: spacial and social planning of the eighteenth century*, já traduzido para português²².

Desde então surgiram uma série de trabalhos sobre diversos aspetos do território e urbanidade brasileira, com uma importante deriva sobre o papel dos engenheiros militares na formação do Brasil colonial.

vii Paulo Ormino de Azevedo (1937-), Murillo Marx (1945-2011)

Além de ambos serem arquitetos e brasileiros, estes dois investigadores têm também em comum o facto de se terem interessado pelas questões da cidade colonial brasileira no contexto de preocupações mais vastas, designadamente na área do património, bem como terem desenvolvido uma prestação pedagógica significativa pelo número de pessoas cujos trabalhos de investigação se devem ao seu incentivo e orientação.

Paulo Ormino de Azevedo tem a sua carreira estruturada por preocupações e convicções sobre o património, o que para além de uma ampla ação de inventário e de intervenção, o levou a refletir e estudar sobre os antecedentes portugueses. Como resultado em 1990 veio a lume um texto seminal para a historiografia do urbanismo português: *Urbanismo de trazado regular en los primeros siglos de la colonización brasileña*.²³

Murillo Marx teve também a sua vida dedicada ao património, mas alargando a sua intervenção à museologia. Para a nossa temática são relevantes os seus estudos sobre o significado conceptual de muitas das palavras do léxico específico, bem como a importância do estatuto colonial da propriedade para o desenvolvimento urbanístico e urbano.

viii José Manuel Fernandes (1953-)

Arquiteto, José Manuel Fernandes tem desenvolvido uma muito intensa atividade, por vezes pioneira, de levantamento, sistematização, divulgação e pedagogia da arquitetura e urbanismo portugueses em Portugal e no Mundo nas mais diversas cronologias, sendo inúmeros e muito diversos os trabalhos publicados. Destaque-se ainda o seu importante papel na recolha e divulgação de testemunhos fotográficos, desenhados e orais junto de personalidades (maioritariamente arquitetos) relevantes na pesquisa e/ ou criação de património nos antigos territórios coloniais portugueses.

No âmbito da temática da *cidade portuguesa* talvez seja o seu mais profícuo proponente, sendo evidente a preponderância que Orlando Ribeiro e Jorge Gaspar tiveram na estruturação do seu pensamento e muito importante a recuperação do conceito de *medievo-renascentismo* (já veiculado por Mário Tavares Chicó e Frederick Hiorns em 1956²⁴) com o qual opera as questões da matriz formal proto-regular ou mesmo regular de muitos casos.

ix Fernando Távora (1923-2005), Alexandre Alves Costa (1939-),
Bernardo José Ferrão (1945-2004)

O arquiteto Fernando Távora e o seu discípulo Alexandre Alves Costa são pedras angulares da *escola do Porto*. Com percursos diversos, continuam a desempenhar um papel relevante na relação operativa entre história, cidade e arquitetura. No que aqui mais diretamente nos diz respeito, essencialmente através do seu desempenho pedagógico, mas também ao nível da reflexão e ensaio em contextos académicos, profissionais e de cidadania, têm deixado um importante legado no que diz respeito ao entendimento das especificidades e invariantes da *cidade portuguesa* e da sua arquitetura.

Bernardo José Ferrão, também discípulo de Fernando Távora, teve um contributo indelével para a temática com o seu *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813*, de 1985²⁵, no qual incluiu uma extensa, mas pautada e pioneira evolução do que hoje designamos por *escola portuguesa de urbanismo* de matriz militar.

x Nuno Portas (1934-), Maria João Madeira Rodrigues (1935-)

Sem nenhuma relação aparente além da geracional, sobre a *cidade portuguesa* a historiadora e o arquiteto desenvolveram autonomamente, em momentos mais ou menos próximos e com abordagens metodológicas muito diversas, análises sobre a *cidade portuguesa* — para ambos é *cidade colonial* — que em muitos aspetos são coincidentes. Os textos centrais são, respetivamente, *Fundamentos da teoria do urbanismo colonial português* (1979) e *Interrogações sobre as Especificidades das Fundações Urbanas Portuguesas* (1985)²⁶.

Porém enquanto Maria João Madeira Rodrigues cessou a sua produção sobre estas matérias — na realidade são dois anos para duas temáticas em três textos — Nuno Portas continuou prolixamente a sua reflexão e produção de propostas no âmbito das suas preocupações centrais: os problemas contemporâneos da cidade e do território designadamente no diálogo entre a cidade consolidada e a informal.

xi Manuel C. Teixeira (1951-)

O arquiteto Manuel C. Teixeira iniciou a sua produção científica com um estudo sobre as *ilhas* do Porto oitocentista concluído em 1988. Contudo dois anos depois estava a publicar sobre a temática a que desde então mais se tem dedicado: *Portuguese traditional settlements, a result of cultural miscigenation*. É particularmente relevante o livro *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil* que em 1999 publicou com Margarida Valla²⁷, bem como a criação do *Arquivo Digital de Cartografia Urbana* (<http://cartografiaurbana.ceurban.com/>), que não é apenas uma base de dados e imagens, mas também um polo de publicações das quais é o editor.

Além de uma particular tendência para a relação e estudo sobre o urbanismo do Brasil colonial, é também de assinalar o papel que tem desempenhado na orientação de teses sobre a temática, bem como na organização de reuniões científicas das quais têm resultado diversas publicações.

xii a nova geração do *Universo Urbanístico Português 1415-1822*

De 1997 a 2002 a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses desenvolveu um projeto que teria como ponto alto a realização do *Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*²⁸. Nesse projeto integraram-se parte significativa dos nomes acima referenciados, mas também um grupo numeroso de investigadores mais novos ou mais recentemente chegados à temática, muitos deles, aliás, discípulos dos primeiros.

Muitas das pessoas que hoje estão a produzir, a publicar, a lecionar e a orientar teses com maior novidade sobre a urbanística portuguesa fizeram parte desse grupo, pelo que será interessante aqui estudar o seu percurso e contribuições.

III antecedentes e agentes de um escol português de arquitetura, urbanismo e engenharia militar

O desafio central desta aula é lograr expor o que se sabe sobre quem e como no quotidiano se fazia, desfazia, refazia e acrescentava, no fundo como era a gestão urbana, mas também do território em Portugal, entre o limiar da Expansão (início da Dinastia de Avis) e o surgimento de um ensino mais ou menos formal (Restauração). Sistema que nunca se extinguiu, evoluindo para coexistir e interagir com esses novos agentes *formados*, que passaram a desempenhar as tarefas de maior expressão encomendadas pelo poder, mas nem sempre estavam presentes nos mais diversos cenários urbanos ou de urbanização do Império.

Apesar do seu âmbito cronológico e temático bem mais lato, para o século XV terá sido esclarecedora a abordagem desta problemática na unidade curricular *Antecedentes da Cultura Espacial Portuguesa*, em especial sobre os processos de colonização interna, fundação de cidades e formação da rede urbana. Será necessário relembrar de forma breve os papéis do rei e dos seus agentes, dos vereadores, almotacês e vedores, passando necessariamente pelo dos *povoadores*, todos agentes em graus diversos da definição e evolução da espacialidade urbana e, em geral, da *cultura do território* portuguesa de então. Recordar-se-á ainda a normativa — cartas régias, forais, posturas — que regulava essas ações, em cuja formulação os diversos poderes tinham um papel determinante. Foram expressões variadas de uma sociedade em fusão e evolução cultural, que reagia aos modelos importados — mais evidentes nas cidades de fundação — com preconceitos de preexistências e costumes. Acresça-se ainda o pouco que se sabe sobre os métodos e termos coevos: demarcar, departir, cordear, arruar, casear, passadas a direito, etc.

É um período que teve em curso grandes transformações estruturais, as quais passavam também pela espacialidade, forma e paisagem dos núcleos urbanos. Refletiram na sua morfologia o crescimento demográfico sustentado que sucedeu ao terrível século XIV e, nele, o crescimento económico de um país que se abria ao comércio internacional num lento crescendo que em breve seria ainda mais animado pela dinâmica da Expansão.

De meados de Quinhentos à Restauração (o outro extremo do intervalo cronológico inicialmente definido), segundo um eixo da abordagem pela via das artes náutica e militar, deparamo-nos com uma curial produção e transmissão escrita de conhecimentos secantes à temática do urbanismo. De Francisco de Holanda e Pedro Nunes a Mateus do Couto, passando por Filipo Terzi, João Baptista Lavagna e alguns anónimos, num conjunto de textos em grande parte inéditos floresceu um debate gradual e simultaneamente teórico, profissional e disciplinar no qual podemos considerar fundar-se a modernidade clássica, que numa parte se fundirá, noutra se comporá com a tradição medieva. São assuntos para os quais, entre outras áreas de conhecimento, é fundamental a (história da) matemática, pois foi ela a ponte entre a arte de navegar e a arte de fortificar e fazer cidade.

Menor ou mais esparso é o conhecimento sobre o período intermédio, ou seja, para o fim de Quatrocentos e a primeira metade de Quinhentos. É a cronologia da Expansão, mas também a da autonomização do arquiteto/engenheiro militar do mestre pedreiro. Interessam-nos os agentes, os procedimentos e a regulação²⁹ mais do que os processos, as formas e a regularidade dessas cidades que se densificavam e estendiam em ensanches e que se infraestruturavam e equipavam, o que é a matéria central da aula seguinte.

IV Lisboa 1: a *caput Mundi* cosmopolita como laboratório de processos e outros casos clássicos da dita modernidade quinhentista (De Sagres...)

Agora, no início da primeira viagem, além dos agentes interessam-nos os processos e formas e, para tal, a análise de casos já *clássicos* do atual território português. Clássicos porque sendo habitualmente apresentados como prenúncios de modernidade, de forma alguma deixam de se inscrever numa linha de evolução. Entre dois ensanches de Lisboa, um do Porto, um de Tomar e outro de Coimbra e as vilas novas de Sagres e de Angra darei especial destaque a Sagres, ao Bairro Alto (Lisboa) e à Rua da Sofia (Coimbra).

Sagres, também conhecida como Vila do Infante, para além de toda a mística em torno da escola náutica eventualmente ali instalada pelo seu fundador, foi um caso tão concreto quanto incompleto de fundação urbana, neste caso com um programa de presídio, ou melhor, de base naval erguida sobre uma provável preexistência. A iniciativa data de finais de 1443 e do pouco que se construiu (e sabe) salda-se uma imagem de programação e ordem consentânea com o programa, mas também um diálogo com uma provável preexistência e a tradição da fundação das vilas medievais portuguesas.

O caso cronologicamente mais precoce a que devo recuar é o da (re)estruturação da Ribeira do Porto, que teve como catalisador a abertura e urbanização da *platea* da Rua Nova em 1395, e corolário a conformação da Praça da Ribeira na primeira metade da década de 1490. É uma ação régia numa cidade episcopal, produzida com o recurso a uma interessante operação de engenharia financeira imobiliária. Ação que despoletou a expansão urbana da cidade sobre o vale a poente do morro da Cividade, do que a abertura da Rua das Flores na primeira metade da década de 1520 é o melhor exemplo.

Ainda na esfera da promoção da primeira geração da Casa de Avis, de novo com o Infante D. Henrique, é o caso do ensanche de Tomar sobre a várzea, com a construção dos estaus e a estruturação da praça com a nova igreja matriz e um edifício para comércio — as “boticas” — no local para onde D. Manuel I mudaria a casa da câmara, que até então funcionara nos estaus. É um processo longo, promovido por aquele infante enquanto grão-mestre da Ordem de Cristo (1420-1460), que tinha o senhorio da vila.

Nas décadas de charneira entre os séculos XV e XVI ganhou expressão e forma urbana a inicial instalação casteleja de Angra na Ilha Terceira do Arquipélago dos Açores. É um caso em que a evidente regularidade convoca a ideia de um plano uno, moderno, mas em que as análises morfológica e documental integradas denunciam, não só faseamento, mas também procedimentos há muito frequentados pelos povoadores portugueses. O que também se poderá ver então na outra vila nova da ilha, Vila da Praia.

A par de tudo isso Lisboa, já assumidamente a *caput* do Reino, também se animava. Programas como o da nova rua do Porto ou dos estaus de Tomar foram ali executados mais ou menos em simultâneo. Estruturava-se a Baixa e galgava-se o Chiado dentro de uma cerca que, recém erguida, deixara algum espaço para tal. De maior impacto transformador é o ensanche em aterro sobre o rio, com o qual lentamente se foi conformando o terreiro frente ao novo palácio ali instalado, com tudo o que isso implicou de reformas no urbanismo da Ribeira, incluindo edifícios em correnteza para “boticas”, alfândega, etc.³⁰ Dessa zona portuária reordenada por trás da nova praça régia que foi o Terreiro do Paço, irradiava até ao Rossio o bulício cosmopolita que as navegações e o comércio ali fizeram explodir. Rossio que recebera os estaus e o Hospital de Todos-os-Santos (1492-1504) e assim se transformou em praça.

Porém, em termos de impacto na nova paisagem urbana de Lisboa, apenas o grande ensanche fora de portas, de iniciativa privada, que é hoje o Bairro Alto³¹ ombreava com o novo grande espaço público sobre o rio. A Vila Nova de Andrade, como então se designava, surge sobre a Quinta da Boavista ao longo do pano poente da muralha, em fases que a partir de 1513 se sucedem desde a base (Cataquefarás, hoje Cais do Sodré) até ao topo da colina (hoje jardins de São Pedro de Alcântara e do Príncipe Real). Os princípios compositivos — o parcelário — são unos e ainda identificáveis, pese embora a grande liberdade e flexibilidade na adaptação à topografia e às preexistências e, também, as inúmeras alterações sofridas ao longo dos séculos.

No limite cronológico estabelecido, proponho a análise de um caso com outro caráter e escala: a abertura em 1537 de uma via urbana com um programa raro e uno, a Rua da Sofia. Destinada à instalação definitiva da universidade portuguesa, com uma frente para colégios e a outra para residências, tudo segundo uma modulação planimétrica verificável, esta rua demonstra a capacidade de programação e gestão urbanística dos agentes régios. Ao invés, demonstra também como a incapacidade de prever o impacto da reforma da universidade e de a gerir, desde logo ditou o seu obsolescência³².

Restará agora alegar que muito do que se passou na urbanização ou reurbanização das cidades do Império, designadamente nas processadas até à Restauração, seguiu estes métodos, procedimentos e modelos. Mas há exceções que se tornam importantes, pois foram cabeças de uma outra série, aqui sob a forma de uma outra viagem.

V De Mazagão...³³

Ao iniciar a segunda e mais extensa viagem, impõe-se uma breve contextualização disciplinar. Em nenhum dos casos analisados na aula anterior é imediata uma influência externa. Os modelos urbanísticos da Europa de Quinhentos não eram mais diversos do que os dos séculos anteriores. A tratadística da arquitetura cedo se enleou com a da engenharia militar, até que na década de 1550 esta se autonomizou. Nessa fase comum os modelos urbanísticos (Filarete, Martini) decorriam mais do ensaísmo arquitetónico e militar, que de uma reflexão sobre o urbano. Mais relevante é o facto de não terem tido circulação nem influência operativa naquela época.

O mesmo não se pode dizer da engenharia militar da coeva fase arcaica da fortificação abaluartada consequente à introdução da pirobalística. As experiências realizadas — ainda que decorrentes de desenho, estes não integravam ou decorriam de quaisquer tratados ou compêndios — deixaram marcas importantes nos tecidos e paisagens urbanas, da Península Itálica à Ibérica, passando obviamente por França e estendendo-se ao Mediterrâneo e ao Norte de África. Quando os baluartes de planimetrias curvas cederam lugar aos angulares sucedeu inevitavelmente o mesmo, só que isso determina não apenas a entrada no período clássico, mas também e complementarmente, o florescimento da tal tratadística autónoma, no que o desenvolvimento tardo medieval e renascentista da matemática desempenhou um papel fundamental.

Mazagão (hoje El Jadida) em Marrocos é uma fundação portuguesa que, como algumas outras (Diu, Ceuta, Ormuz, Bahrain, Cananor, Gale) registou intervenções dessas duas fases da fortificação abaluartada. O que a distingue é o facto de na segunda ter sido a primeira no espaço então português a receber baluartes angulares e, a nível internacional, a primeira cerca urbana integral desse tipo. Foi em 1541 e para tal foi convidado um arquiteto/engenheiro militar italiano, Benedetto da Ravena, que então estava ao serviço de Carlos V e que ali permaneceu uns meses. Foi um verdadeiro *workshop* de reciclagem dos mestres pedreiros (a caminho de arquitetos) portugueses, o que então aconteceu em Mazagão. Num ápice o modelo foi adotado na renovação de outras cercas urbanas no então emergente império.

A Mazagão da fase arcaica não foi mais que um pequeno forte de planta quadrada erguido pelos portugueses, hoje no centro da cidade muralhada que a fase de 1541 determinou. Na realidade esta ação cercou um pequeno núcleo protourbano que entretanto despontara e induziu o ordenamento do subsequente desenvolvimento urbanístico. Ao invés do que alguns autores ali se têm proposto ver, nada leva a fazer crer que para tal se tenham seguido procedimentos ou modelos inovadores ou inéditos no espaço português. Não era ainda a hora das *cidades ideais do Renascimento*, de que a reforma de

Sabbioneta por Vespasiano Gonzaga, iniciada no mesmo ano da publicação do tratado de Pietro Cataneo (1554), pode ter sido um ensaio e La Valletta (1566) de Francesco Laparelli uma primeira afirmação.

Mais problemático e por isso interessante é o caso de Damão no Gujarat (Índia), pois como Mazagão tinha como preexistência central um forte de planta quadrangular que, servindo de módulo, ali determinou a malha em quadrícula. Neste caso o forte não fora erguido pelos portugueses e era umas dez vezes maior. O processo iniciou-se após a conquista em 1559 e, apesar da concretização da muralha ter levado décadas, tudo leva a crer que o seu traçado é simultâneo ao do cordear da malha urbana. A questão é que a discutível quadrícula poderá ter surgido apenas em função do forte preexistente e não, integrando-o, por um desígnio geométrico moderno que, aliás, deveria ter-se feito acompanhar de um desenho do perímetro abaluartado bem mais regular do que o executado.

Apesar das diferenças de contexto (separam-nas cerca de um quarto de século), propósitos e dimensão (4 para 1), impõe-se a comparação de Damão com Mazagão, sendo que nesta a preexistência e a regularidade do perímetro não inspiraram a geometrização da malha urbana. Temos de debater o significado de tudo isto à luz das diversas fontes, textos e contextos, pois as conclusões não são imediatas, nem por certo definitivas. Porém o exercício é significativo e estimulante.

Para completar o périplo pelos três casos onde a engenharia militar, e os consequentes modelos urbanísticos da dita *cidade ideal do Renascimento*, assomam como potenciais perturbadores de uma urbanística tradicional em evolução, mas consolidada, é necessário abordar o caso de Salvador da Bahia. Entre todos é o caso que tem merecido maior atenção, estando discutido ao pormenor por diversos autores, o que interessará introduzir na aula, não apenas para construção de opiniões individuais, mas para percepção dos diversos tipos de enfoques e leituras que veicula.

A fundação de Salvador (1549) é anterior a Damão, mas a sua primeira expansão dentro de um perímetro abaluartado (precário) e segundo uma quadrícula regular, tanto quanto a topografia o permitiu, é posterior. Mais do que a questão da forma da malha em geral, importa aqui levar em linha de conta a divisão dos quarteirões, ou seja, o tipo de lotes, que na realidade seguem um modelo diverso, semelhante ao que os espanhóis usaram nos seus *damos* americanos. Mas isso apenas acresce a necessidade de se considerar mais essa influência, aliás potencialmente legítima, uma vez que a execução dessa segunda fase ocorreu já no período da União Ibérica.

Discutamos pois de forma integrada os factos dos três casos, as leituras dos diversos autores e os modelos em jogo — tradicional, moderno, da colonização clássica — e a sua interação. Mais do que nos demais, que por certo aflorarão, neles estarão os condimentos do que se veio a compor em definição de uma eventual praxis característica corporizada pelos engenheiros militares pós Restauração, o que na próxima aula acompanharemos sem ignorar a continuidade da ação dos demais agentes.

VI ...a Mazagão³⁴

Na segunda parte desta viagem mais longa, visitaremos casos correntes das cidades do 1º Império fora do espaço europeu e, no final, faremos uma atualização sobre os agentes. É nesta aula que melhor se poderá aquilatar a escala do fenómeno de que trata a unidade curricular.

Independentemente de uma visita alargada, deter-nos-emos em sítios onde sejam mais evidentes algumas sínteses. De facto não cabe aqui o comentário caso a caso, recorrendo a uma elencagem dos principais grupos, constituídos com base em critérios múltiplos, nem sempre claros na conjugação. Critérios que vão da geografia à cronologia, passando pela arrumação nas publicações que contêm estudos mais detalhados e/ ou atualizados sobre os casos. Em todos eles é importante estar atento aos agentes e procedimentos, procurando encontrar rotinas, evoluções e soluções de continuidade.

Não será possível entrar em grandes detalhes sobre engenharia militar e, assim, apresentar pontos fortificados onde a componente urbanística de influência portuguesa é pouco mais que residual (Mombaça, Ormuz, inúmeros na Insulíndia e Sudeste Asiático, Colónia do Sacramento, Montevideo, etc.) Mas é obviamente fundamental observar o quanto a fortificação abaluartada determinou e condicionou as formas urbanas, bem como destacar o como e o quanto os engenheiros militares, em especial pós-Restauração, se assumem como os urbanistas mais evidentes da(s) *cidade(s) portuguesa(s)*.

Por paradoxal que pareça, o que menos importa é a classificação pelo modelos e processos discutidos nas aulas anteriores, uma vez que não há casos puros. Ou seja, é preferível ir desfiando os casos e apontando as características de cada um. Se ali se encontram as provas morfológicas de um pré-desenho/ plano/ projeto, no meio e ao lado está o que a vivência e a gestão corrente desenvolveram. Se acolá temos um caso de geração quase espontânea, depois veio a ordem régia ou o ouvidor com um engenheiro militar que regularizou, reformou, adicionou. Atente-se, por exemplo, num procedimento comum no Oriente, mas já ensaiado em São Jorge da Mina, na costa oriental africana, Mar Vermelho e Golfo Pérsico: da feitoria licenciada evolui-se rapidamente para a fortificação autorizada/ tolerada, que em alguns casos floresce como cidade própria e acaba cercada e identificada como uma unidade urbana de soberania portuguesa. Tudo isso é *cidade portuguesa*(?)

O primeiro bloco é constituído pelas cidades da Macaronésia³⁵ (Madeira, Açores e Cabo Verde), com extensão a São Jorge da Mina (Elmina, Ghana) e a São Tomé. Na quarta aula já abordámos o caso de Angra, com um olhar sobre a Praia terceirense, sendo agora útil desfiar o rol que em versão reduzida contém Funchal, Ponta Delgada, as Ribeira Grande e Horta com breves referências a outros menores, que permitem ver tipos diversos de povoamento (fajãs, lombas, ribeiras) e também observar no cadastro rural os processos originais de partição da terra que têm tudo de comum e influenciaram o parcelário e as instalações urbanas. Foram modelos/ ensaios importantes para territórios de grande escala como o Brasil, mas têm antecedentes no processo de ordenamento do espaço português europeu pós Reconquista.

Segue-se o conjunto do Índico, onde os casos na atual União Indiana têm uma especial relevância, não só pelo número, mas porque quase todos surgiram e se desenvolveram em territórios de soberania portuguesa³⁶. Refiro-me a Goa (que já existia, mas foi amplamente reformada e ampliada), a Cochim, Chaul e Baçaim (que despontam junto a cidades preexistentes) e a Diu (que como cidade portuguesa é um caso ambíguo). A estes e nos mesmos territórios ou faixas geográficas juntam-se Cananor e as cidades de administração religiosa nas Velhas Conquistas de Goa (Margão, Mapuça) e na Província do Norte (vários núcleos menores). Este último território impõe uma referência especial ao território no qual se veio a desenvolver a atual metrópole de Mumbai/ Bombaim, abordando-se também esse mesmo interessante processo.³⁷

Também no Sri Lanka algumas cidades, como Colombo (a atual capital) e Gale, merecem referência, apesar de nunca terem sido estudadas com o mínimo de profundidade. São casos instalados sob tutela e com administração da Coroa/ Estado da Índia, o que já não sucede com as situadas além do Cabo Camorim (Negapatão, Meliapor, Chatigão), com exceção para Malaca, um caso importante a diversos níveis, que nos obriga a uma pequena paragem.

Paragem também no caso único de Macau, que tendo despontado, como muitos outros (Paliacate, por exemplo) pela ação de mercadores portugueses, acabou por adquirir administração do Estado da Índia, contudo sempre com um estatuto especial. Terá sido esse um dos fatores fundamentais para que a presença portuguesa ali se tivesse consolidado, ao ponto de ser o último posto do Império a deixar de estar sob soberania portuguesa (1999).

No que diz respeito ao Índico deixei para o fim a Ilha de Moçambique, porque em torna viagem era o última cidade-porto do Índico antes de se reentrar no Atlântico Sul. Foi não apenas um posto de charneira nas viagens e na interação entre a cultura portuguesa e swahili, mas também como base para o desenvolvimento territorial do 2º Império no continente, ou seja, na formação do que hoje é Moçambique como país soberano.

O Brasil³⁸ contém o conjunto mais rico e complexo, sendo possível nele fazer, pelo menos, duas subdivisões e, por razões de economia deste texto, impossível listar todos os casos que serão apresentados na aula. O critério cronológico é o que se me afigura melhor, pois reflete de forma muito clara a própria evolução das rotinas, modelos e agentes.

Num primeiro grupo incluo as cidades litorâneas do Sudeste, Nordeste e Norte implantadas por capitães donatários e as que, no período filipino, foram pontuando a costa, mas também a apropriação portuguesa do que resultou das tentativas de instalação feitas pelos franceses (São Luís) e holandeses (Recife). Nesses séculos XVI e XVII as penetrações mais atrevidas no sertão quase não produziram cidades, com a exceção relevante de São Paulo (1558). Do ponto de vista dos modelos encontram-se aqui casos muito variados, que refletem continuidades óbvias dos procedimentos já rotinados noutras partes do Império e alguns ensaios de influência externa. O Rio de Janeiro e João Pessoa serão os melhores casos de estudo desse tipo, mas há alguns outros. É ainda necessário incluir aqui, do outro lado do Atlântico, Luanda.

O segundo grupo é constituído pelas cidades que estabilizaram a ocupação portuguesa do Centro-Sul bem além do meridiano de Tordesillas, dando resposta, algumas décadas depois, às necessidades de apoio agropecuário da região mineira. Os nomes e as datas são: Paranagué (1653), S. Francisco (1660), Sorocaba (1661), Iguape (1665), Colónia do Sacramento (1680), Curitiba (1693) Laguna (1737), Porto Alegre (1743), S. Pedro do Rio Grande (1747), Desterro (atual Florianópolis, 1749).

O terceiro grupo é constituído pelas cidades que resultam da mineração e, assim, da urbanização do sertão³⁹. Não são apenas cidades mineiras, mas também as que resultaram de todo o suporte logístico que a atividade implicava. De uma maneira geral são casos de grande impacto paisagístico, o que em grande medida se deve às características do território onde surgiram e floresceram. Território que teve, necessariamente, um papel determinante na morfologia urbana, em especial porque os processos de formação e crescimento foram essencial e necessariamente orgânicos e aditivos. Porém e como se sabe, são casos onde encontramos formas de atuação que revelam especificidades próprias de uma *cultura do território* coerente e viva.

Cultura do território que, numa variante de princípios mais óbvios, está patente nos processos urbanísticos programados, ou seja, no elevado número de casos de cidades fundadas por iniciativa direta ou indireta da Coroa. Foram as cidades que consolidaram o desenho do território e do futuro país, no que o papel dos engenheiros militares e de outros funcionários da administração se desenrolou em tarefas que iam da cartografia à construção, passando pela urbanística e urbanização, mas também pela gestão dos processos. Papéis desempenhados em ações territoriais muito vastas, por vezes já de colonização interna, como as da Capitania da Bahía, noutras de exploração e demarcação, como as do Mato Grosso⁴⁰ ou do Amazonas⁴¹.

É esse o ponto de chegada da viagem: Mazagão planeada e erguida num sítio hoje do Estado do Amapá em 1769. Foi uma ação da estratégia pombalina para o norte e sertão do Brasil e, simultaneamente, abandono dos postos em Marrocos. Segundo esse designio a cidade marroquina seria simbolicamente *restaurada* praticamente sobre a linha do Equador, incluindo a transferência dos moradores. O processo não poderia ter corrido pior e a cidade é hoje materialmente um fantasma e culturalmente uma figuração da utopia. Nela o cartesianismo dos engenheiros militares em articulação estreita com a luz do poder foram implacáveis, desejando mais do que o que seria possível obter. Mas o Brasil — o maior projeto e realização de influência portuguesa de sempre — cumpriu-se e em breve o próprio monarca português o autonomizaria de Portugal.

Importará agora uma abordagem ao universo dos agentes, pois se nesse particular houve muito que continuou da tradição medieva e tardo-medieva, que assim não merece considerações além das tecidas na terceira aula, importa agora anotar fenômenos novos, como o do emergir e afirmar de um corpus de engenheiros militares que até ao final do 1º Império evoluiria no sentido de uma crescente hegemonia.

Essa evolução fundada sobre as academias de fortificação e engenharia militar (designação que teve algumas flutuações e variantes), a primeira das quais fundada em Lisboa em 1647 e sobre uma sucessão de grandes mestres, dos quais merecem sempre principal destaque Luís Serrão Pimentel (1613-1679) e Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749), autores de tratados/ manuais então publicados⁴². O último, aliás, publicou alguns outros trabalhos, bem como estruturou o pensamento sobre a corporação nas mais diversas perspectivas⁴³. A qualidade integrada e a capacidade de resposta desse corpo de engenheiros — nos quais se incorporaram elementos de diversas nacionalidades — é um dado chave para a compreensão da produção urbanística portuguesa de Setecentos.

VII Lisboa 2: a nova Roma e outros desenvolvimentos iluministas como símbolos e corolário do modo português do 1º Império (...a Vila Real de Santo António)

O tema da utopia leva-nos a retomar e concluir a outra viagem, na qual continuaremos a ver Lisboa no seu papel de laboratório de processos urbanísticos. Desde logo e de relance, no esforço continuado de se reformar para adquirir uma imagem correspondente ao lugar que ocupava no Império e no Mundo, ou seja, que hoje diríamos ser o de uma *world class city*. No seu *Da Fábrica que falece...* (1571) — texto que considero o primeiro da urbanística portuguesa — Francisco de Holanda denuncia propositivamente a situação⁴⁴. D. Manuel I e Filipe II foram monarcas que nisso muito se empenharam, sendo que os outros, talvez com exceção para D. João III, não tiveram ensejo ou meios. O período da Restauração e o imediato não favoreceram a concretização de planos que, apesar de tudo, não deixaram de ser formulados.

O desafogo financeiro surgido com a descoberta das jazidas auríferas e diamantíferas do Brasil permitiu a D. João V iniciativas mais consistentes, mas que também não tiveram a concretização almejada⁴⁵. Não foi possível vencer a resistência dos agentes e estruturas. Na realidade só um impulso de exceção permitiria ultrapassá-la e foi o que aconteceu com a catástrofe encabeçada pelo Terramoto do 1 de Novembro de 1755. Teve como réplicas um terramoto social e político, cujo principal operador foi o Marquês de Pombal⁴⁶. Era a oportunidade que os urbanistas, sem o saber, esperavam. O que no reinado de D. João V se conseguiu concretizar foi arrasado por todos esses terramotos, não apenas pelo primeiro, mas a ampla reflexão feita foi finalmente útil.

No centro de todo esse processo de ponte entre os ensejos joaninos e a concretização pombalina esteve um engenheiro militar, Manuel da Maia, autor da estratégia da *nova Lisboa*, que desenvolveu e fixou na sua notável *Dissertação* (1755-56)⁴⁷. Do plano que gizou, não apenas para a zona destruída (Baixa e Chiado), mas também para todo o perímetro urbano — num fundo uma verdadeira utopia — resultou em boa medida a estrutura urbana que a cidade tem hoje, não sem que nele fossem usadas as referências mais fortes da cidade antiga⁴⁸.

O concretizado tem uma arquitetura nova na escala e proporções, mas também ela comprometida com o passado. Não é barroca, nem rococó, nem neoclássica, tão só de um classicismo português, como se tudo o que foi feito antes fosse o arcaico de uma mesma forma de fazer. Arquitetura que aqui não se distingue do urbanismo, numa *gesamtkunstwerk* da cultura espacial portuguesa protagonizada pelos engenheiros militares. Em todo o processo vislumbra-se o estreito entendimento entre o poder e a engenharia militar, o que não só é o resultado da comunhão do racionalismo iluminista, como um primeiro patamar de utopia. A sociedade iluminista é, por definição, uma construção de estrutura racional, dedutiva e de pragmatismo instrumental, este envolvido, como numa farda, de uma retórica pesada e formal.

Essa (r)evolução gerou frutos um pouco por todo o Império, mas também no Reino. Não vou referir de novo a criação de cidades no âmbito do processo de formação do território brasileiro, até porque de uma certa forma se pode considerar que esse é um processo que vem de trás, beneficiando assim de melhorias de eficácia e dimensão. Devo, sim, referir processos reformistas como os que ocorrem em todos os territórios, quer nas cidades existentes, quer na fundação de novos polos urbanos: Salvador, Rio de Janeiro, Angra, Praia (Cabo Verde), Bissau, Luanda, Nova Oeiras, Novo Redondo, Lourenço Marques, Goa, Dili. Como é óbvio foram ações que se inseriram numa reforma político-económica global e estruturante sobre a qual, aliás, se pôde alicerçar o 2º Império.

No Reino os exemplos marcantes são o Porto (1758) e Coimbra (1772), neste último com menor concretização. São casos onde a atitude é a mesma, mas a expressão urbanística é diversa, essencialmente por via da arquitetura, o que muito teve a ver com os principais intervenientes, mas também com especificidades regionais. O que não aconteceu no extremo sudeste do Reino, o *caso limite*, não só do reformismo pombalino, mas também da *escola portuguesa*: Vila Real de Santo António (1773)⁴⁹.

Nessa pedra angular da *Restauração do Reino do Algarve*, os princípios arquitetónicos e construtivos são os da reconstrução de Lisboa pós-terramoto. Mas no domínio da urbanística, que engloba a arquitetura como instrumento de concretização, vai-se até um limite, pois as únicas limitações e preexistências são o programa funcional e ideológico. A simplicidade formal do edificado serve a complexidade, ou melhor, a riqueza algébrico-geométrica da composição urbanística. Tudo isso ao serviço de uma utopia socioeconómica, uma cidade-fábrica que tão rápido se concretizou quanto cedo se volatizou, pela incompreensão e conformismo dos homens em relação às situações estáticas que decorrem da concretização de ideais. *Caso limite* da urbanística portuguesa, como se situa, como serve Vila Real de Santo António o conceito de *cidade portuguesa*?

O modelo programático — as *cidades da razão*⁵⁰ — teve sequelas frustradas, de natureza privada, mas já fisiocrática, que importa referir: Porto Covo (1789-94) e Manique do Intendente (1791). Da primeira conhece-se um plano, mas o que foi concretizado não é mais do que uma miniaturização, em vernáculo, da

praça de Vila Real de Santo António. Ambas as experiências se inscreveram já numa dinâmica de mudança de paradigmas, na qual um relativamente vasto número de iniciativas não propriamente urbanas, mas de estruturação territorial foram promovidas, como a navegabilidade dos rios, a construção de faróis, cais, canais, barras, alfândegas, celeiros, pontes, estradas, malapostas, casas da câmara, quartéis, hospitais, escolas, teatros, fábricas, etc. Para tudo isso em 1790 enceta-se a triangulação do país. Dinâmicas que na maior parte dos casos mal passaram do papel, pois as Invasões Francesas e a consequente deslocação da Corte para o Rio de Janeiro em 1808 paralisaram o país.

A par de tudo isso verifica-se alguma produção teórica tão relevante quanto desconhecida e ineficaz, uma vez que quase toda ficou inédita. Ao mais glosado, mas claramente menos interessante *Tratado de Ruação* de José de Figueiredo Seixas de 1756 (que em muito faz lembrar a posterior *Land Ordinance* de Thomas Jefferson de 1784), sobrepõe-se aí sim tratadisticamente a *Jornada no Tejo...* de José Manuel de Carvalho e Negreiros (1793-98), complementada com a *Introdução ao Projecto de Regulam.to p.^a os Engenheiros Civiz...* de 1797.

Essa mudança mariana, mas de óbvia alavancagem pombalina e forte influência externa, designadamente francesa, acarretou inovações não apenas na universidade no desenvolvimento do conhecimento científico, mas também na estruturação do ensino técnico e artístico, bem como na organização e distribuição do trabalho e das corporações. Surgem as academias, as aulas, a engenharia civil, etc.

VIII continuidades e novas modernidades no 2º Império e a dimensão informal na contemporaneidade

A separação entre os reinos de Portugal e do Brasil em 1822 foi a pedra de toque de uma transformação radical de Portugal e do seu sistema colonial. Claro que por trás estão o fim do Antigo Regime e as Invasões Francesas. Depois aconteceram a guerra civil, a instauração do regime liberal, etc. Foi nesse quadro que se construiu o 2º Império Português, de geografia africana, processo que, do ponto de vista da definição territorial, estabilizou dramaticamente com o Ultimato britânico de 1890.

Seguiu-se a enorme convulsão que foi o processo de implantação do regime republicano (1910) e, entre as duas guerras mundiais, a instauração do Estado Novo, o regime ditatorial que celebraria, de forma sublimada, o Império e sobre ele ergueria todo seu edifício ideológico. Primeiro com o Ato Colonial de 1930 (republicado a par da Constituição de 1933), com o que se formalizou a designação *Império Colonial Português*, depois com a Constituição de 1951 que alterou o conceito de império para o de um país/nação espalhado pelo mundo, o *ultramar português* no qual as *colónias* passaram a ser *províncias ultramarinas*, etc.

A contextualização histórica é aqui ainda mais importante, pois estamos no auge do colonialismo português e, assim, das suas cidades. Como anteriormente disse, o conhecimento sobre a urbanização neste período conta

já com muita informação de dados — datas, protagonistas, organismos —, mas sabe-se ainda muito pouco sobre os processos e a inserção de tudo isso no processo histórico geral, ou seja, não apenas portugueses. Ao invés do reconhecimento, apropriação e ordenamento do território e formação das redes urbanas do 1º Império — que na realidade só têm paralelo cronológico no universo hispânico e em realidades territoriais diversas — no 2º Império tudo isso ocorre a par e, em alguns casos, até concorrencialmente, com o que outras potências coloniais, por vezes de bem maior fôlego, estavam a processar.

Esses parceiros de Portugal do processo limite do colonialismo moderno foram a Grã Bretanha, a França, a Alemanha, a Itália e a Bélgica. Foi o resultado da partição protocolada na Conferência de Berlim (1884-1885), da qual Portugal saiu como o grande derrotado, situação agudizada com a disputa do espaço hoje situado entre Angola e Moçambique, solucionada com o Ultimato (1890).

A influência britânica nos domínios coloniais portugueses do 2º Império foi quase global, quer no que respeita à geografia, quer nas próprias dinâmicas coloniais. Até na então Metrópole o desenvolvimento era impulsionado por capitais britânicos. Aqui e ali também franceses e belgas interferiam, mas a dinâmica das cidades-porto portuguesas dependia do comércio e navegação inglesas. Novas fundações urbanas portuguesas como o Mindelo (Cabo Verde) ou Vasco da Gama (Goa) surgiram para servir as rotas britânicas, o mesmo sucedendo na estruturação territorial sul de Moçambique. Até a equívoca fundação de Bolama (Guiné) correu sobre um rasto britânico.

O estabelecimento destas conexões históricas está ainda por consolidar no que diz respeito à sua relação e reflexos nas formas de ordenamento do território e urbanização. Na realidade as décadas que se seguiram à Conferência de Berlim foram cruciais na definição das redes territoriais dos novos territórios, em especial em Angola e Moçambique. É um período que, de forma muito imprecisa e sem uma relação factual estreita, podemos considerar compreendido entre o Ultimato e o Estado Novo (1890-1926/33), ou seja, que se confunde com o processo revolucionário, a instauração e o final da 1ª República. Depois, embora se continuem a fundar povoados, a dinâmica é essencialmente urbanizadora, ou seja, de concretização através de construção e povoamento da rede urbana.

Há, contudo, um segundo momento claramente identificável: o que se passa a seguir à II Guerra Mundial, ou seja, quando os processos coloniais dos outros países europeus vão encontrando as suas soluções de continuidade e o de Portugal segue, de novo, um percurso diverso, isolado da comunidade internacional. A já referida nova fórmula dita não colonial, mas *ultramarina*, consumada com a Constituição de 1951 teve o seu impacto nas políticas e ações territoriais e de urbanização, até em situações limite, como Macau e, em especial, Dili, devastada pela invasão japonesa no âmbito da Guerra do Pacífico (1941-1945). Também na Índia que se tornou independente em 1947 e que, em breve, passaria a ser um dos principais focos de apoio *não alinhado* ao movimentos de independência nas colónias portuguesas, que eclodem no início da década de 1960. Teve também forte impacto na própria historiografia.

As cidades angolanas e moçambicanas registaram a partir de então um forte surto de investimentos em infraestruturas e equipamentos que, na generalidade, seguiram os ditames do *Estilo Internacional*, embora por um lado as obras do Estado procurassem atenuar esses impulsos internacionais, o que é ainda bem patente nas paisagens urbanas resultantes. Permanecem por valorizar as expressões urbanísticas regionalistas, que existem quanto mais não seja nos domínios da cidade informal (os musseques e caniços, p.e.) e marcam profundamente pela sua extensão e densidade.

Face á ausência de suporte teórico consolidado sobre tudo isso e, assim, de bibliografia específica desenvolvida, nesta sessão propor-se-á uma leitura segundo dois eixos: os processos histórico-políticos globais e os factos sobre o ordenamento do território e a criação de cidades nos territórios do 2º Império. Depois estimular-se-á um debate com o objetivo claro da construção de relações entre tudo isso, chamando a atenção para o que a enorme mudança de paradigma entre os impérios possa trazer ou retirar ao conceito de *cidade portuguesa*, uma vez que, de partida, sabemos como os modelos são comuns aos das potências coloniais em África após a partição feita em Berlim, ou ao que se fazia um pouco por todo o lado — com exceção para as áreas urbanas consolidadas da velha Europa — após a II Guerra Mundial.

Num (longo) apêndice, mas assumindo-o como um verdadeiro corolário sobre a *mestiçagem* e o caráter transurbanístico na abordagem da *cidade portuguesa*, apresentarei alguns dados sobre as possibilidades/ viabilidades de leitura de uma sua dimensão m, organizando-as segundo três grandes grupos ou expressões:

- 1) Casos de cidade informal (favelas, bairros de lata, musseques, caniços) que floresceram nos interstícios e periferias de urbes situadas em territórios que já estiveram sob soberania portuguesa.
- 2) Casos urbanos noutros territórios que, por qualquer forma, estiveram sujeitos à ação de agentes com uma cultura de influência portuguesa. Estarão neste âmbito itens nos quais os agentes foram ou são portugueses, que vão dos territórios do *império informal* ou *sombra* acima referido⁵¹ (p.e. no Golfo de Bengala) aos espaços fortemente vivenciados pelas comunidades portuguesas (emigrantes) no estrangeiro.
- 3) Por último os casos operados por não portugueses aculturados, como aconteceu, por exemplo, com o regresso de escravos forros para os seus territórios de origem em África⁵².

Em todos se colocam as questões: há influência urbanística portuguesa ou ela é apenas legível na urbanidade? o *informal* de uma cidade não é a sua própria essência?

7 bibliografia

Uma lista bibliográfica exaustiva seria inútil. Uma listagem sumária deixaria a descoberto parte dos temas e não credibilizaria a UC. Uma versão intermédia é sempre subjetiva, mas pode ajudar a sustentar o discurso e, indiretamente, abrir o caminho a outras obras. Acaba, pois, por ser a opção natural, útil, pois uma bibliografia lê-se, tem uma narrativa que aqui só pode convergir com o resto do relatório. Depois de algumas experiências acabei por estabilizar esta lista segundo uma estrutura que tem como total 150 títulos, sendo 40 de fontes impressas com especial atenção às coleções de desenhos e cartografia. Caso a caso, território a território, cronologia a cronologia, nos seminários serão indicados bastante mais títulos (designadamente de contextualização e comparação) que assim aqui não seria coerente incluir. Aliás, nas notas surgem algumas obras de caráter metodológico que aqui não estão listadas.

Outros casos: estando presentes todos os autores referidos antes, não estão listadas todas as suas obras principais; entendo não ser conveniente integrar a bem extensa listagem de monografias locais, mas não posso evitar listar algumas que, ou pelo interesse metodológico ou pela relevância do objecto, são exemplos de entre outras; não registo títulos do referencial metodológico e disciplinar geral, o que nos levaria a várias escolas, países e tendências, que deverão ir sendo referidos nas aulas e explorados individualmente; contudo, por razões que resultam claras da própria natureza e conteúdos da disciplina, torna-se inevitável a inclusão de um reduzido número de textos de abertura relativos a metodologia e conceitos historiográficos específicos bem como ao(s) caso(s) hispânico(s) (paralelos) e holandês(es) (sobrepósitos). Optei igualmente por excluir tudo o que mais especificamente consiste em contextualizações históricas, sempre mais fáceis de localizar, até porque comuns a outras UC do PIP. Igual se aplica aos géneros corográfico e *laudatio urbis*.

Sobre o habitual dilema de referenciar ou não o contributo individual numa obra colectiva além da referência genérica desta, parece-me que, para o efeito e em casos onde mais do que uma contribuição diz respeito aos nossos conteúdos, seria suficiente e coerente apresentar apenas a obra colectiva. Aliás, parte significativa do conhecimento disciplinar está publicada nesse tipo de volumes. Sigo igual critério para as colectâneas de textos de um só autor.

Por último uma referência à multiplicação abaixo produzida. Parece-me importante expor dois exemplos cruzados — com uso específico — de organização de uma bibliografia. Uma listagem segundo a ordem cronológica da produção do conhecimento é determinante para uma ação de pesquisa sobre a história da história, como a que é proposta no segmento *conceito* do programa. Só por aí já se lê muito do que é a proposta geral do programa. A separação de listagens por ordem alfabética entre os dois grandes tipos de títulos — aqui divididos em obras (110) e fontes impressas (40) — torna bem mais fácil encontrar uma obra ou autor de quem se não tem todos os dados.

De uma forma ou de outra, espero que esta bibliografia possa ser um bom ponto de partida para as que cada um dos novos investigadores terá de exaustivamente construir para si.

geral cronológica

Esta lista — que contém todos os 150 títulos que se encontram separados nas duas rúbricas imediatas — está organizada por ordem cronológica descendente das primeiras edições. No caso de comunicações em reuniões científicas a data é a da reunião, permitindo perceber a evolução da temática através das respectivas publicações. Nas colectâneas a data é a da produção ou publicação do texto mais antigo ali inserido. Para as provas académicas usa-se a data de finalização do texto.

BOAVIDA, Isabel (2012), *Urbanografia de Díli no tempo da administração portuguesa*. Coimbra: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2 vol.s, 2012

ABREU, Mauricio de A. (2010), *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson. 2010

MATTOSO, José (dir.) (2010), *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 3 vol.s, 2010

GARCIA, José Manuel (2009), *Cidades e fortalezas do Estado da Índia*. Lisboa: QuidNovi. 2009

LOBATO, Manuel (2009), *Fortificações portuguesas e espanholas na Indonésia oriental*. Lisboa: Prefácio. 2009

ROSSA, Walter (2009), *Cidades da Razão: Vila Real de Santo António e arredores. Monumentos*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. n.º30, 2009: 16-31

TRINDADE, Luísa (2009), *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 2012 (no prelo)

MACEDO, Marta Coelho de (2009), *Projectar e Construir a Nação: engenheiros e território em Portugal (1837-1893)*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2009

BATALHA, Fernando (2008), *Povoações históricas de Angola*. Lisboa: Livros Horizonte. 2008

BORGES, Pedro Mauricio (2008), *O desenho do território e a construção da paisagem na Ilha de S. Miguel, Açores, na segunda metade do século XIX, através de um dos seus protagonistas*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2 vol.s, 2008

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2008), *Da Cidade e Fortificação em textos portugueses (1540-1640)*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2008

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; NEVES, Olga Iglésias (2008), *Moçambique 1875-1975: cidades, território e arquitecturas*. Lisboa: 2008

ROSSA, Walter (2008), *No 1.º Plano. Lisboa 1758: o plano da Baixa Hoje*. Lisboa: catálogo, coord. Ana Tostões e Walter Rossa, Câmara Municipal de Lisboa. 2008: 24-81

TOSTÕES, Ana; ROSSA, Walter (coord.) (2008), *Lisboa 1758: o plano da Baixa Hoje*. Lisboa: catálogo, Câmara Municipal de Lisboa. 2008

- TEIXEIRA, Manuel C. (2008), O estado da arte da investigação urbana em Portugal: a investigação dos núcleos urbanos de origem portuguesa no Mundo. *Urbanismo de origem portuguesa*. Lisboa:
<http://revistas.ceurban.com/numero8/artigos/manuelcteixeira.htm>. 2008
- CORREIA, Jorge (2008), *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África: da tomada de Ceuta a meados do século XVI / L'implantation de la ville portugaise en Afrique du Nord: De la prise de Ceuta jusqu'au milieu du XVIe Siècle*. Porto: FAUP. 2008
- HENRIQUES, Cristina Delgado (2008), *Maputo, cinco décadas de mudança territorial. O uso do solo observado por tecnologias de informação geográfica*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. 2008
- FARIA, Alice Santiago (2007), Pangim entre o passado e a modernidade: a construção da cidade de Nova Goa, 1776-1921. *Murphy*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. n.º2, 2007: 66-97
- FERNANDES, Sérgio Padrão (2007), *Os planos de urbanização no contexto colonial: a experiência de Cabo Verde, 1934/74*. Lisboa: Prova de Capacidade Científica apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. 2007
- FONTE, Maria Manuela Afonso da (2007), *Urbanismo e arquitetura em Angola: de Norton de Matos à Revolução*. Lisboa: dissertação de doutoramento apresentada à faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. 2007
- MENDES, Maria Clara (coord.) (2007), *Urbanismo Colonial: os Planos de Urbanização nas antigas Províncias Ultramarinas, 1934-1974*. Lisboa: policopiado, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. 3 vol.s, 2007
- PESSÔA, José; PICCINATO, Giorgio (org.) (2007), *Atlas dos centros históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2007
- PROENÇA, Sérgio dos Santos Barreiros (2007), *Urbanismo colonial nas Províncias Orientais. Continuidade e ruptura na elaboração dos planos urbanísticos no Estado da Índia, Macau e Timor, 1934-1974*. Lisboa: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. 2007
- ROSSA, Walter (2006), Bombay Before the British: the indo-portuguese layer. *Mumbai Reader (for the X Biennale of Architecture of Venezia)*. Mumbai: comp. Rahul Mehrotra, Pankaj Joshi, Prasad Shetty e Benita Menezes, Urban Design Research Institute. 2006: 262-269
- HORTA, João Manuel Gomes (2006), *Vila Real de Santo António, forma limite no Urbanismo Histórico Português*. Faro: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Humas e Sociais da Universidade do Algarve. 2006
- DIAS, Pedro (2005), *De Goa a Pangim. memórias tangíveis do Estado da Índia Portuguesa*. Lisboa: Santander Totta. 2005
- ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa (2005), Questões e antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica. *Murphy*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. n.º1, 2006: 70-109
- SANTOS, Catarina Madeira (2005), *Illuminismo e Império: a construção de Angola (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: CHAM e Tinta da China. 2012 (no prelo)
- COSTA, António Gilberto (org.) (2004), *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte e Lisboa: Editora UFMG e Kapa. 2004

- DIAS, Pedro (2004), *História da Arte Luso-Brasileira: urbanização e fortificação*. Coimbra: Almedina. 2004
- GOMES, Paulo Varela (2004), Portuguese settlements and trading centres. *Encounters, the meeting of Asia and Europe, 1500-1800*. London: Victoria & Albert Museum. 2004: 126-133
- FERNANDES, Mário Gonçalves (2002), *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP. 2005
- GARCIA, João Carlos (coord.) (2002), *A mais dilatada vista do mundo: inventário da colecção cartográfica da Casa da Índia*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2002
- MARK, Peter (2002), *“Portuguese” style and luso-african identity: precolonial Senegambia, sixteenth-nineteenth centuries*. Bloomington: Indiana University Press. 2002
- ASCHER, François (2001-2008), *Novos princípios do urbanismo [e] Novos compromissos urbanos: um léxico*. Lisboa: Livros Horizonte. 2010
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira (2001), *Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2 vol.s, 2003
- CORREIA, José Eduardo Horta (2001), O Urbanismo do Brasil Colónia e a Escola Portuguesa de Arquitectura e Urbanismo. *Portugal e o Brasil no advento do Mundo Moderno*. Lisboa: Colibri. 2001: 307-314
- FLORES, Jorge Manuel (2001), *Os olhos do Rei: desenhos e descrições portuguesas da Ilha do Ceilão (1624, 1638)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2001
- FONSECA, Cláudia Damasceno (2001), *Des terres aux Villes de l’Or*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian. 2003
- MORAIS, João Sousa (2001), *Maputo, património da estrutura e forma urbana, topologia do lugar*. Lisboa: Livros Horizonte. 1998
- PEREIRA, José; PAL, Pratapaditya (2001), *India and Portugal: cultural interactions*. Mumbai: Marg Publications. 2001
- ROSSA, Walter (2001), *DiverCidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2001
- ARAUJO, Renata de (2000), *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*. Lisboa: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2 vol.s, 2000
- DIAS, Pedro (2000), *A arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415-1769*. Lisboa: Portugal Telecom. 2000
- FERREZ, Gilberto (2000), *Iconografia do Rio de Janeiro 1530-1890*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial. 2 vol.s, 2000
- OERS, Ron van (2000), *Dutch town planning overseas during VOC and WIC rule (1600-1800)*. Zutphen: Walburg Pers. 2000

desconstrução da cidade portuguesa...

REIS, Nestor Goulart (2000), *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado/ Fapesp. 2000

ROSSA, Walter (coord.) (2000), *Oceanos: a construção do Brasil urbano*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. vol. 41, 2000

TEIXEIRA, Manuel C. (coord.) (2000), *A construção da cidade brasileira*. Lisboa: colóquio, Livros Horizonte. 2004

CUNHA, Mafalada Soares (coord.) (1999), *Espaços de um Império*. Porto: catálogo, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2 vol.s, 1999

HERKENHOFF, Paulo (org.) (1999), *O Brasil e os Holandeses 1630-1654*. Rio de Janeiro: GMT. 1999

MARX, Murillo (1999), *Cidade no Brasil: em que termos?* S. Paulo: Nobel. 1999

PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos Reis (1999), *Da cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde. Análise histórico-formal do espaço urbano. Séc. XV-séc. XVIII*. Lisboa: Universidade de Cabo Verde. 2007

ROSSA, Walter; ARAUJO, Renata; CARITA, Helder (org.) (1999), *Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: atas, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2001

TEIXEIRA, Manuel C. (coord.) (1999), *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: colóquio, Livros Horizonte. 1999

TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida (1999), *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte. 1999

CARITA, Hélder (1998), *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte. 1999

CUNHA, Mafalda Soares da (coord.) (1998), *Os Construtores do Oriente Português*. Lisboa: catálogo, CNCDP. 1998

DIAS, Pedro (1998), *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822)*. Lisboa: Círculo de Leitores. 2 vol.s, 1998

HENRIQUES, Isabel de Castro (1998), *Espaços e cidades em Moçambique*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1998

NONELL, Anni Günther (1998), *Porto, 1763/ 1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto: FAUP. 2002

OLIVAL, Fernanda (1998-1999), *Guia de Fontes Portuguesas para a História da Ásia*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Fundação Oriente e Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2 vol.s, 1998-1999

SILVA, António Leão Correia e (1998), *Espaços Urbanos de Cabo Verde: o Tempo das Cidades-Porto*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1998

SILVA, Raquel Henriques da (1997), *Lisboa romântica, urbanismo e arquitectura, 1777-1874*. Lisboa: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2 vol.s, 1997

RABEN, Remco (1996), *Batavia and Columbo. The Ethnic and Spatial Order of Two*

- Colonial Cities 1600-1800*. Leiden: dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Leiden. 1996
- MOREIRA, Rafael (1995), Goa em 1535: uma cidade manuelina. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. n.º8, vol. II, 1995: 177-221
- ROSSA, Walter (1995), *Cidades Indo-Portuguesas: contribuição para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental/ Indo-Portuguese Cities: a contribution to the study of Portuguese urbanism in the Western Hindustan*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1997
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (org.) (1994), *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Fundação Odebrecht. 2000
- ADONIAS, Isa (coord.) (1993), *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht. 1993
- COQUERY-VIDROVICH, Catherine, (1993), *Histoire des villes d'Afrique noire: des origines à la colonisation*. Paris: Albin Michel. 1993
- LÔBO, Margarida Souza (1993), *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP e DGOTDU. 1995
- ARAÚJO, Renata de (1992), *As Cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP. 1998
- BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo (1992), *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII. A reconstituição da cidade a partir do «Mappa das ruas de Braga» e dos «Índices dos Prazos das Casas do Cabido»*. Porto: Afrontamento. 2000
- FERNANDES, José Manuel (1992), *Cidades e Casas da Macaronésia*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1996
- GUTIÉRREZ, Ramón (1992), *Arquitectura y Urbanismo en Iberoamerica*. Madrid: Ediciones Cátedra. 1992
- KURUPPU, Indrajith; WIJESURIYA, Gamini (ed.) (1992), *The conservation of the Galle Fort and its environs. Ancient Ceylon. Journal of the Department of Archaeology*. Colombo: Director-General of Archaeology. n.º15, 1992
- BONET CORREA, Antonio (1991), *El urbanismo en España e Hispanoamerica*. Madrid: Cátedra. 1991
- MARX, Murillo (1991), *Cidade no Brasil: terra de quem?* S. Paulo: Nobel e Edusp. 1991
- AZEVEDO, Paulo Ormino de (1990), Urbanismo de trazado regular en los primeros siglos de la colonización brasileña. *Estudios sobre urbanismo Iberoamericano, siglos XVI al XVIII*. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura. 1990: 306-322
- CARITA, Hélder (1990), *O Bairro Alto: tipologias e modos arquitectónicos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 1994
- ROSSA, Walter (1990), *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa Setecentista*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. 1998
- TEIXEIRA, Manuel C. (1990), Portuguese traditional settlements, a result of cultural miscigenation. *Traditional dwellings and settlements review*. Berkeley: IASTE. n.º2, vol. I, 1990: 23-34
- MOREIRA, Rafael (dir) (1989), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa:

desconstrução da cidade portuguesa...

Publicações Alfa. 1989

ROSSA, Walter (1989-2001), *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina. 2002

SILVA, Raquel Henriques da (dir.) (1989), *Lisboa de Frederico Ressano Gracia, 1874-1909*. Lisboa: catálogo, Fundação Calouste Gulbenkian e Câmara Municipal de Lisboa. 1989

TERÁN, Fernando de (coord.) (1989), *La Ciudad Hispanoamericana: el sueño de un orden*. Madrid: CEHOPU. 1989

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira (1988), *O Porto na época dos Almadás: arquitectura, obras públicas*. Porto: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vol.s, 1988/90

FERNANDES, José Manuel (1988), *L' Inde et le sud du Bresil: Plans de l'Urbanisme Portugais au XVIIIème siècle. La Ville Regulière*. Paris: colóquio, Picard. 1997

MENEZES, José Luiz da Mota (1988), *Atlas Histórico Cartográfico do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana. 1988

SILVA, R. K. de; BEUMER, W. G. M. (org.) (1988), *Illustrations and Views of Dutch Ceylon 1602-1796*. Londres e Leiden: Serendib e Brill. 1988

BONET CORREA, Antonio (1987), *La historiografía urbana em España*. Salamanca: Servicio de publicaciones/ Universidade de extremadura. 1987

FERNANDES, José Manuel (1987), *O Lugar da Cidade Portuguesa. Povos e Culturas*. Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa. n°2, 1987: 79-112

SOUSA, Maria Augusta da Veiga e (1986), *Roteiro e descrição sumária dos documentos que existem em microfimes, na Fimoteca do ex-Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Boletim da Fimoteca Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: n°47, 1986

CAHEN, Michel (dir.) (1985), *Bourgs et villes en Afrique Lusophone*. Paris: L'Harmattan. 1989

FERRÃO, Bernardo José (1985), *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás: 1758/1813*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1989

Ilha de Moçambique: relatório. Maputo: Secretaria de Estado da Cultura de Moçambique e Arkitektskolen i Aarhus. 1985

PORTAS, Nuno (1985), *Interrogações sobre as Especificidades das Fundações Urbanas Portuguesas. Estudos de Arte e História: Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Vega. 1995: 430/5

RODRIGUES, Maria João Madeira (1985), *Fundamentos da teoria do urbanismo colonial português. Belas Artes*. Lisboa: Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes. n°7 da 3ª série, 1985: 165-175

CORREIA, José Eduardo Horta (1984), *Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política pombalina*. Porto: FAUP. 1998

PARANAVITANA, K. D. (1984), *An inventory of Sri Lanka Maps in the General State Archives in The Netherlands*. Colombo: Ministry of Plan Implementation. 1984

- ARAUJO, Renata; CARITA, Helder (org.) (1982-1997), *Colectânea de Estudos: Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1998
- DELSON, Roberta Marx (1979), *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*. Brasília: Alva—Ciord. 1997
- MENDES, Maria Clara (1979), *Maputo antes da independência : geografia de uma cidade colonial*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical. 1985
- AMARAL, Ilídio do (1978), Contribuição para o conhecimento do fenómeno da urbanização em Angola. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa: separata, Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. n°25, vol. XIII, 1978: 43-76
- ASTENGO, Corradino (1975), Piante e vedute propettiche di Colombo eseguite durante il periodo portoghese (1518-1656). *Annali di Recherche e Studi di Geografia*. Genova: Libreria Editrice F.lli Bozzi. n°1-4, vol. 31, 1975
- GASPAR, Jorge (1969), A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. n°8, vol. IV, 1969: 198-215
- GASPAR, Jorge (1968), A Propósito da Originalidade da Cidade Muçulmana. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. n°5, vol. III, 1968: 19-30
- SANTOS, Paulo F. (1968), *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2001
- AMARAL, Ilídio do (1967), *Luanda (Estudo de Geografia Urbana)*. Lisboa: 1968
- AMARAL, Ilídio do (1964), *Santiago de Cabo Verde: a Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. 1964
- REIS, Nestor Goulart (1964), *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Pini. 2001
- FRANÇA, José Augusto (1962), *Lisboa Pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Bertrand. 1987
- KUBLER, George (1962), *A forma do tempo: observações sobre a história dos objetos*. Lisboa: Vega. 1998
- CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da (1960), *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa: 5 vol.s, 1960
- AZEVEDO, Aroldo de (1956), Vilas e cidades do Brasil colonial. Ensaio de geografia urbana retrospectiva. *Boletim*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. n°208/Geografia 11, 1956: 1/96
- CHICÓ, Mário Tavares (1956), A Cidade Ideal do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia. *Garcia de Orta*. Lisboa: Revista das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar. n°especial, 1956: 319-328
- SILVEIRA, Luís (1956), *Ensaio de Iconografia das cidades portuguesas do Ultramar*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. 4 vol.s, 1956
- SMITH, Robert C. (1956), Colonial Towns of Spanish and Portuguese America. *Journal of the Society of Architectural Historians*. Chicago: n°4, vol. 14, 1956: 2-12

desconstrução da cidade portuguesa...

PISSURLENCAR, Panduronga (1955), *Roteiro dos arquivos da Índia Portuguesa*. Bastorá: 1955

Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa. Lisboa: 50 vol.s, 1954-1993

GARCIA BELLIDO, A.; TORRES BALBÁS, L.; CERVERA VERA, L.; CHUECA GOITIA, F.; BIDAGOR LASARTE, P. (1954), *Resumen Historico del Urbanismo en España*. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local. 1987

AZEVEDO, Thales de (1949), *Povoamento da Cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador. 1949

SAMPAIO, Teodoro (1949), *História da fundação da Cidade do Salvador*. Salvador: 1949

RIBEIRO, Orlando (1945-1994), *Opúsculos Geográficos: temas urbanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1994

GIRÃO, Amorim (1945), Origem e evolução do urbanismo em Portugal. *Revista do Centro de Estudos Demográficos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. nº1, 1945: 39-78

CRINÒ, Sebastiano (1934), Carte e piante inedite del secolo XVII riguardanti l'isola di Ceylon rinvenuti nel Palazzo Pitti, nel Museo degli Strumenti Antichi di Firenze e nel British Museum di Londra. *Bibliofilia*. Milano: vol. XXXVI, Gennaio-Febrario 1934

REIMERS, (E.) (1929), *Constantine de Sa's Maps and Plans of Ceylon (1624-1628)*. Colombo: A. C. Richards. 1929

PIERIS, Paulus Edward (1926), *Portuguese Maps and Plans of Ceylon 1650*. Colombo: 1926

GIRÃO, Amorim (1925), *Viseu, estudo de uma aglomeração urbana*. Coimbra: Coimbra Editora. 1925

SAMPAIO, Alberto (1923), *As Póvoas Marítimas*. Estudos Históricos e Económicos. Lisboa: Editorial Vega. 2 vol.s, vol. 2º, 1979: 7-100

O Oriente Português. Nova Goa: Comissão Arqueológica da Índia Portuguesa. 28 vol.s, 1904-1941

CUNHA, J. Gerson da (1900), *The Origin of Bombay*. New Delhi: Asian Educational Services. 1993

VITERBO, Francisco de Souza (1899-1922), *Diccionario historico e documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 3 vol.s, 1988

CUNHA, J. Gerson da (1876), *Notes on the history and antiquities of Chaul and Bassein*. New Delhi: Asian Educational Services. 1993

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha (ed.) (1857-1876), *Chronista do Tissuary*. Nova Goa: 42 vol.s, 1857-1876

FORTES, Manoel de Azevedo (1728/9), *O Engenheiro Portuguez*. Lisboa: fac-símile pela Direcção da Arma de Engenharia. 2 vol.s, 1993

PIMENTEL, Luis Serrão (1680), *Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*. Lisboa: fac-símile pela Direcção da Arma de Engenharia. 1993

BALDEUS, Philip (1672), *Naauwkeurige Beschrijvinge van Malabar en Chromandel, der zelve aangrenzende Ryken, en het machtige Eyland Ceylon.....* Amsterdam: Johannes Janssonius van Waasberge. 1672

BARLAEUS, Casper (1647), *Casparis Barlaei Rerum per Octennium in Brasilia et alibi gestarum, Sub Praefectura Illustrissimi Comitis I. Mauritii, Nassoviae, &c. Comitum....* Amsterdam: Joannis Blaeu. 1647

CARNEIRO, António Mariz (1639), *Descrição da Fortaleza de Sofala e das mais da Índia*. Lisboa: Fundação Oriente. 1990

BOCARRO, António; RESENDE, Pedro Barreto (1635), *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*. Lisboa: ed. Isabel Cid, Imprensa Nacional Casa da Moeda. 3 vol.s, 1992

ERÉDIA, Manuel Godinho de (1620), *O lyvro de plantaforma das fortalezas da Índia da Biblioteca da Fortaleza de São Julião da Barra*. ed. Rui Carita, Ministério da Defesa Nacional e INAPA. 1999

COUTO, Diogo do (1612), *Soldado Prático q trata dos enganos e desenganos da Índia*. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 1937

LINSCHOTEN, John Huyghen van (1596), *Itinerário, Viagem ou Navegação de... para as Índias Orientais ou Portuguesas*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1997

LUZ, Francisco Paulo Mendes da (ed.) (1582), *Livro das Cidades, e Fortalezas, que a Coroa de Portugal tem nas partes da India, e das capitánias, e mais cargos que nelas ha, e da importancia delles*. Lisboa: 1960

HOLANDA, Francisco d' (1571), *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*. Lisboa: Lisboa. 1984

CORREIA, Gaspar (1560), *Lendas da Índia*. Lisboa: Lello & Irmão. 4 vol.s, 1975

CASTRO, D. João de (1538/9), *Roteiro de Goa a Diu. Obras Completas de D. João de Castro*. Coimbra: ed. Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, Academia Internacional da Cultura Portuguesa. vol. II, 1971: 11-169

ARMAS, Duarte de (1509), *Livro das Fortalezas*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Inapa. 1997

EIXIMENIS, Francesc (c.1385-1392), *Lo Crestià*. Barcelona: Ediciones 62. 1983

específica

Esta lista — que contém os títulos da geral diretamente relacionados com a temática — está organizada de forma tradicional, ou seja, por ordem alfabética e em cada autor por ordem cronológica.

ABREU, Mauricio de A. (2010), *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson. 2010

ASCHER, François (2001-2008), *Novos princípios do urbanismo [e] Novos compromissos urbanos: um léxico*. Lisboa: Livros Horizonte. 2010

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira (1988), *O Porto na época dos Almadás: arquitetura, obras públicas*. Porto: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vol.s, 1988/90

AMARAL, Ilídio do (1964), *Santiago de Cabo Verde: a Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. 1964

AMARAL, Ilídio do (1967), *Luanda (Estudo de Geografia Urbana)*. Lisboa: 1968

AMARAL, Ilídio do (1978), Contribuição para o conhecimento do fenómeno da urbanização em Angola. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa: separata, Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. n.º25, vol. XIII, 1978: 43-76

ARAUJO, Renata de (1992), *As Cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP. 1998

ARAUJO, Renata de (2000), *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*. Lisboa: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2 vol.s, 2000

ARAUJO, Renata; CARITA, Helder (org.) (1982-1997), *Colectânea de Estudos: Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1998

AZEVEDO, Aroldo de (1956), Vilas e cidades do Brasil colonial. Ensaio de geografia urbana retrospectiva. *Boletim*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. n.º208/Geografia 11, 1956: 1/96

AZEVEDO, Paulo Ormindo de (1990), Urbanismo de trazado regular en los primeros siglos de la colonización brasileña. *Estudios sobre urbanismo Iberoamericano, siglos XVI al XVIII*. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura. 1990: 306-322

AZEVEDO, Thales de (1949), *Povoamento da Cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador. 1949

BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo (1992), *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII. A reconstituição da cidade a partir do «Mappa das ruas de Braga» e dos «Índices dos Prazos das Casas do Cabido»*. Porto: Afrontamento. 2000

BATALHA, Fernando (2008), *Povoações históricas de Angola*. Lisboa: Livros Horizonte. 2008

BOAVIDA, Isabel (2012), *Urbanografia de Díli no tempo da administração portuguesa*. Coimbra: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2 vol.s, 2012

BONET CORREA, Antonio (1987), *La historiografía urbana em España*. Salamanca:

- Servicio de publicaciones/ Universidade de extremadura. 1987
- BONET CORREA, Antonio (1991), *El urbanismo en España e Hispanoamerica*. Madrid: Cátedra. 1991
- BORGES, Pedro Mauricio (2008), *O desenho do território e a construção da paisagem na Ilha de S. Miguel, Açores, na segunda metade do século XIX, através de um dos seus protagonistas*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2 vol.s, 2008
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira (2001), *Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2 vol.s, 2003
- CAHEN, Michel (dir.) (1985), *Bourgs et villes en Afrique Lusophone*. Paris: L'Harmattan. 1989
- CARITA, Hélder (1990), *O Bairro Alto: tipologias e modos arquitectónicos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 1994
- CARITA, Hélder (1998), *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte. 1999
- CHICÓ, Mário Tavares (1956), A Cidade Ideal do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia. *Garcia de Orta*. Lisboa: Revista das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar. n° especial, 1956: 319-328
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2008), *Da Cidade e Fortificação em textos portugueses (1540-1640)*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2008
- COQUERY-VIDROVICH, Catherine, (1993), *Histoire des villes d'Afrique noire: des origines a la colonisation*. Paris: Albin Michel. 1993
- CORREIA, Jorge (2008), *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África: da tomada de Ceuta a meados do século XVI*. Porto: FAUP. 2008
- CORREIA, José Eduardo Horta (1984), *Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política pombalina*. Porto: FAUP. 1998
- CUNHA, J. Gerson da (1876), *Notes on the history and antiquities of Chaul and Bassein*. New Delhi: Asian Educational Services. 1993
- CUNHA, J. Gerson da (1900), *The Origin of Bombay*. New Delhi: Asian Educational Services. 1993
- CUNHA, Mafalda Soares (coord.) (1999), *Espaços de um Império*. Porto: catálogo, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2 vol.s, 1999
- CUNHA, Mafalda Soares da (coord.) (1998), *Os Construtores do Oriente Portugueses*. Lisboa: catálogo, CNCDP. 1998
- DELSON, Roberta Marx (1979), *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*. Brasília: Alva—Ciord. 1997
- DIAS, Pedro (1998), *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822)*. Lisboa: Circulo de Leitores. 2 vol.s, 1998
- DIAS, Pedro (2000), *A arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415-1769*. Lisboa:

desconstrução da cidade portuguesa...

Portugal Telecom. 2000

DIAS, Pedro (2004), *História da Arte Luso-Brasileira: urbanização e fortificação*. Coimbra: Almedina. 2004

DIAS, Pedro (2005), *De Goa a Pangim. memórias tangíveis do Estado da Índia Portuguesa*. Lisboa: Santander Totta. 2005

FARIA, Alice Santiago (2007), Pangim entre o passado e a modernidade: a construção da cidade de Nova Goa, 1776-1921. *Murphy*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. n.º2, 2007: 66-97

FERNANDES, José Manuel (1987), O Lugar da Cidade Portuguesa. *Povos e Culturas*. Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa. n.º2, 1987: 79-112

FERNANDES, José Manuel (1988), L' Inde et le sud du Bresil: Plans de l'Urbanisme Portugais au XVIIIème siècle. *La Ville Regulière*. Paris: colóquio, Picard. 1997

FERNANDES, José Manuel (1992), *Cidades e Casas da Macaronésia*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1996

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; NEVES, Olga Iglésias (2008), *Moçambique 1875-1975: cidades, território e arquitecturas*. Lisboa: 2008

FERNANDES, Mário Gonçalves (2002), *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP. 2005

FERNANDES, Sérgio Padrão (2007), *Os planos de urbanização no contexto colonial: a experiência de Cabo Verde, 1934/74*. Lisboa: Prova de Capacidade Científica apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. 2007

FERRÃO, Bernardo José (1985), *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás: 1758/1813*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1989

FONSECA, Cláudia Damasceno (2001), *Des terres aux Villes de l'Or*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian. 2003

FONTE, Maria Manuela Afonso da (2007), *Urbanismo e arquitetura em Angola: de Norton de Matos à Revolução*. Lisboa: dissertação de doutoramento apresentada à faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. 2007

FRANÇA, José Augusto (1962), *Lisboa Pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Bertrand. 1987

GARCIA BELLIDO, A.; TORRES BALBÁS, L.; CERVERA VERA, L.; CHUECA GOITIA, F.; BIDAGOR LASARTE, P. (1954), *Resumen Historico del Urbanismo en España*. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local. 1987

GASPAR, Jorge (1968), A Propósito da Originalidade da Cidade Muçulmana. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. n.º5, vol. III, 1968: 19-30

GASPAR, Jorge (1969), A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. n.º8, vol. IV, 1969: 198-215

GIRÃO, Amorim (1925), *Viseu, estudo de uma aglomeração urbana*. Coimbra: Coimbra

Editora. 1925

GIRÃO, Amorim (1945), Origem e evolução do urbanismo em Portugal. *Revista do Centro de Estudos Demográficos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. n.º1, 1945: 39-78

GOMES, Paulo Varela (2004), Portuguese settlements and trading centres. *Encounters, the meeting of Asia and Europe, 1500-1800*. London: Victoria & Albert Museum. 2004: 126-133

GUTIÉRREZ, Ramón (1992), *Arquitectura y Urbanismo en Iberoamerica*. Madrid: Ediciones Cátedra. 1992

HENRIQUES, Cristina Delgado (2008), *Maputo, cinco décadas de mudança territorial. O uso do solo observado por tecnologias de informação geográfica*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. 2008

HENRIQUES, Isabel de Castro (1998), *Espaços e cidades em Moçambique*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1998

HERKENHOFF, Paulo (org.) (1999), *O Brasil e os Holandeses 1630-1654*. Rio de Janeiro: GMT. 1999

HORTA, João Manuel Gomes (2006), *Vila Real de Santo António, forma limite no Urbanismo Histórico Português*. Faro: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. 2006

Ilha de Moçambique: relatório. Maputo: Secretaria de Estado da Cultura de Moçambique e Arkitektskolen i Aarhus. 1985

KUBLER, George (1962), *A forma do tempo: observações sobre a história dos objetos*. Lisboa: Vega. 1998

KURUPPU, Indrajith; WIJESURIYA, Gamini (ed.) (1992), The conservation of the Galle Fort and its environs. Ancient Ceylon. *Journal of the Department of Archaeology*. Colombo: Director-General of Archaeology. n.º15, 1992

LOBATO, Manuel (2009), *Fortificações portuguesas e espanholas na Indonésia oriental*. Lisboa: Prefácio. 2009

LÔBO, Margarida Souza (1993), *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP e DGOTDU. 1995

MACEDO, Marta Coelho de (2009), *Projectar e Construir a Nação: engenheiros e território em Portugal (1837-1893)*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2009

MARK, Peter (2002), *Portuguese style and luso-african identity: precolonial Senegambia, sixteenth-nineteenth centuries*. Bloomington: Indiana University Press. 2002

MARX, Murillo (1991), *Cidade no Brasil: terra de quem?* S. Paulo: Nobel e Edusp. 1991

MARX, Murillo (1999), *Cidade no Brasil: em que termos?* S. Paulo: Nobel. 1999

MATTOSO, José (dir.) (2010), *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 3 vol.s, 2010

MENDES, Maria Clara (1979), *Maputo antes da independência : geografia de uma cidade colonial*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical. 1985

MENDES, Maria Clara (coord.) (2007), *Urbanismo Colonial: os Planos de Urbanização*

desconstrução da cidade portuguesa...

nas antigas Províncias Ultramarinas, 1934-1974. Lisboa: policopiado, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. 3 vol.s, 2007

MENEZES, José Luiz da Mota (1988), *Atlas Histórico Cartográfico do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana. 1988

MORAIS, João Sousa (2001), *Maputo, património da estrutura e forma urbana, topologia do lugar*. Lisboa: Livros Horizonte. 1998

MOREIRA, Rafael (1995), Goa em 1535: uma cidade manuelina. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. n°8, vol. II, 1995: 177-221

MOREIRA, Rafael (dir) (1989), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa. 1989

NONELL, Anni Günther (1998), *Porto, 1763/1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto: FAUP. 2002

OERS, Ron van (2000), *Dutch town planning overseas during VOC and WIC rule (1600-1800)*. Zutphen: Walburg Pers. 2000

PEREIRA, José; PAL, Pratapaditya (2001), *India and Portugal: cultural interactions*. Mumbai: Marg Publications. 2001

PESSÔA, José; PICCINATO, Giorgio (org.) (2007), *Atlas dos centros históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2007

PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos Reis (1999), *Da cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde. Análise histórico-formal do espaço urbano. Séc. XV - séc. XVIII*. Lisboa: Universidade de Cabo Verde. 2007

PORTAS, Nuno (1985), Interrogações sobre as Especificidades das Fundações Urbanas Portuguesas. *Estudos de Arte e História: Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Vega. 1995: 430/5

PROENÇA, Sérgio dos Santos Barreiros (2007), *Urbanismo colonial nas Províncias Orientais. Continuidade e ruptura na elaboração dos planos urbanísticos no Estado da Índia, Macau e Timor, 1934-1974*. Lisboa: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. 2007

RABEN, Remco (1996), *Batavia and Colombo. The Ethnic and Spatial Order of Two Colonial Cities 1600-1800*. Leiden: dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Leiden. 1996

REIS, Nestor Goulart (1964), *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Pini. 2001

RIBEIRO, Orlando (1945-1994), *Opúsculos Geográficos: temas urbanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1994

RODRIGUES, Maria João Madeira (1985), Fundamentos da teoria do urbanismo colonial português. *Belas Artes*. Lisboa: Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes. n°7 da 3ª série, 1985: 165-175

ROSSA, Walter (1989-2001), *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina. 2002

ROSSA, Walter (1990), *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa Setecentista*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. 1998

ROSSA, Walter (1995), *Cidades Indo-Portuguesas: contribuição para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental/ Indo-Portuguese Cities: a contribution to the study of Portuguese urbanism in the Western Hindustan*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1997

ROSSA, Walter (2001), *DiverCidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2001

ROSSA, Walter (2006), *Bombay Before the British: the indo-portuguese layer*. *Mumbai Reader (for the X Biennale of Architecture of Venezia)*. Mumbai: comp. Rahul Mehrotra, Pankaj Joshi, Prasad Shetty e Benita Menezes, Urban Design Research Institute. 2006: 262-269

ROSSA, Walter (2008), *No 1º Plano. Lisboa 1758: o plano da Baixa Hoje*. Lisboa: catálogo, coord. Ana Tostões e Walter Rossa, Câmara Municipal de Lisboa. 2008: 24-81

ROSSA, Walter (2009), *Cidades da Razão: Vila Real de Santo António e arredores. Monumentos*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. nº30, 2009: 16-31

ROSSA, Walter (coord.) (2000), *Oceanos: a construção do Brasil urbano*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. nº41, 2000

ROSSA, Walter; ARAUJO, Renata; CARITA, Helder (org.) (1999), *Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: atas, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2001

ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa (2005), *Questões e antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica*. *Murphy*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. nº1, 2006: 70-109

SAMPAIO, Alberto (1923), *As Póvoas Marítimas. Estudos Históricos e Económicos*. Lisboa: Editorial Vega. 2 vol.s, vol. 2º, 1979: 7-100

SAMPAIO, Teodoro (1949), *História da fundação da Cidade do Salvador*. Salvador: 1949

SANTOS, Catarina Madeira (2005), *Iluminismo e Império: a construção de Angola (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: CHAM e Tinta da China. 2012 (no prelo)

SANTOS, Paulo F. (1968), *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2001

SILVA, António Leão Correia e (1998), *Espaços Urbanos de Cabo Verde: o Tempo das Cidades-Porto*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1998

SILVA, Raquel Henriques da (1997), *Lisboa romântica, urbanismo e arquitectura, 1777-1874*. Lisboa: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2 vol.s, 1997

SILVA, Raquel Henriques da (dir.) (1989), *Lisboa de Frederico Ressano Gracia, 1874-1909*. Lisboa: catálogo, Fundação Calouste Gulbenkian e Câmara Municipal de Lisboa. 1989

desconstrução da cidade portuguesa...

SMITH, Robert C. (1956), Colonial Towns of Spanish and Portuguese America. *Journal of the Society of Architectural Historians*. Chicago: n.º4, vol. 14, 1956: 2-12

TEIXEIRA, Manuel C. (1990), Portuguese traditional settlements, a result of cultural miscigenation. *Traditional dwellings and settlements review*. Berkeley: IASTE. n.º2, vol. I, 1990: 23-34

TEIXEIRA, Manuel C. (2008), O estado da arte da investigação urbana em Portugal: a investigação dos núcleos urbanos de origem portuguesa no Mundo. *Urbanismo de origem portuguesa*. Lisboa:
<http://revistas.ceurban.com/numero8/artigos/manuelteixeira.htm>. 2008

TEIXEIRA, Manuel C. (coord.) (1999), *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: colóquio, Livros Horizonte. 1999

TEIXEIRA, Manuel C. (coord.) (2000), *A construção da cidade brasileira*. Lisboa: colóquio, Livros Horizonte. 2004

TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida (1999), *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte. 1999

TERÁN, Fernando de (coord.) (1989), *La Ciudad Hispanoamericana: el sueño de un orden*. Madrid: CEHOPU. 1989

TRINDADE, Luísa (2009), *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 2012 (no prelo)

fontes impressas

Esta lista — que contém os títulos da geral onde estão publicados alguns dos principais elencos de fontes gráficas e escritas para o desenvolvimento de investigação — está organizada de forma tradicional, ou seja, por ordem alfabética e em cada autor por ordem cronológica.

ADONIAS, Isa (coord.) (1993), *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht. 1993

ARMAS, Duarte de (1509), *Livro das Fortalezas*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Inapa. 1997

ASTENGO, Corradino (1975), Piante e vedute propettiche di Colombo eseguite durante il periodo portoghese (1518-1656). *Annali di Recherche e Studi di Geografia*. Genova: Libreria Editrice F.lli Bozzi. n°1-4, vol. 31, 1975

BALDEUS, Philip (1672), *Naauwkeurige Beschrijvinge van Malabar en Chromandel, der zelve aangrenzende Ryken, en het machtige Eyland Ceylon.....* Amsterdam: Johannes Janssonius van Waasberge. 1672

BARLAEUS, Casper (1647), *Casparis Barlaei Rerum per Octennium in Brasilia et alibi gestarum, Sub Praefectura Illustrissimi Comitiss I. Mauritii, Nassoviae, &c. Comitiss....* Amsterdam: Joannis Blaeu. 1647

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (org.) (1994), *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Fundação Odebrecht. 2000

BOCARRO, António; RESENDE, Pedro Barreto (1635), *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*. Lisboa: ed. Isabel Cid, Imprensa Nacional Casa da Moeda. 3 vol.s, 1992

Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa. Lisboa: 50 vol.s, 1954-1993

CARNEIRO, António Mariz (1639), *Descrição da Fortaleza de Sofala e das mais da Índia*. Lisboa: Fundação Oriente. 1990

CASTRO, D. João de (1538/9), Roteiro de Goa a Diu. *Obras Completas de D. João de Castro*. Coimbra: ed. Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, Academia Internacional da Cultura Portuguesa. vol. II, 1971: 11-169

CORREIA, Gaspar (1560), *Lendas da Índia*. Lisboa: Lello & Irmão. 4 vol.s, 1975

CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da (1960), *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa: 5 vol.s, 1960

COSTA, António Gilberto (org.) (2004), *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte e Lisboa: Editora UFMG e Kapa. 2004

COUTO, Diogo do (1612), *Soldado Prático q trata dos enganos e desenganos da Índia*. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 1937

CRINÒ, Sebastiano (1934), Carte e piante inedite del secolo XVII riguardanti l'isola di Ceylon rinvenuti nel Palazzo Pitti, nel Museo degli Strumenti Antichi di Firenze e nel British Museum di Londra. *Bibliofilia*. Milano: vol. XXXVI, Gennaio-Febrario 1934

EIXIMENIS, Francesc (c.1385-1392), *Lo Crestià*. Barcelona: Ediciones 62. 1983

ERÉDIA, Manuel Godinho de (1620), *O lyvro de plantaforma das fortalezas da Índia da Biblioteca da Fortaleza de São Julião da Barra*. ed. Rui Carita, Ministério da Defesa

desconstrução da cidade portuguesa...

Nacional e INAPA. 1999

FERREZ, Gilberto (2000), *Iconografia do Rio de Janeiro 1530-1890*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial. 2 vol.s, 2000

FLORES, Jorge Manuel (2001), *Os olhos do Rei: desenhos e descrições portuguesas da Ilha do Ceilão (1624, 1638)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2001

FORTES, Manoel de Azevedo (1728/9), *O Engenheiro Portuguez*. Lisboa: fac-símile pela Direcção da Arma de Engenharia. 2 vol.s, 1993

GARCIA, João Carlos (coord.) (2002), *A mais dilatada vista do mundo: inventário da colecção cartográfica da Casa da Índia*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2002

GARCIA, José Manuel (2009), *Cidades e fortalezas do Estado da Índia*. Lisboa: QuidNovi. 2009

HOLANDA, Francisco d' (1571), *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*. Lisboa: Lisboa. 1984

LINSCHOTEN, John Huyghen van (1596), *Itinerário, Viagem ou Navegação de... para as Índias Orientais ou Portuguesas*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1997

LUZ, Francisco Paulo Mendes da (ed.) (1582), *Livro das Cidades, e Fortalezas, que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das capitánias, e mais cargos que nelas ha, e da importancia delles*. Lisboa: 1960

O Oriente Português. Nova Goa: Comissão Arqueológica da Índia Portuguesa. 28 vol.s, 1904-1941

OLIVAL, Fernanda (1998-1999), *Guia de Fontes Portuguesas para a História da Ásia*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Fundação Oriente e Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2 vol.s, 1998-1999

PARANAVITANA, K. D. (1984), *An inventory of Sri Lanka Maps in the General State Archives in The Netherlands*. Colombo: Ministry of Plan Implementation. 1984

PIERIS, Paulus Edward (1926), *Portuguese Maps and Plans of Ceylon 1650*. Colombo: 1926

PIMENTEL, Luis Serrão (1680), *Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*. Lisboa: fac-símile pela Direcção da Arma de Engenharia. 1993

PISSURLENCAR, Panduronga (1955), *Roteiro dos arquivos da Índia Portuguesa*. Bastorá: 1955

REIMERS, (E.) (1929), *Constantine de Sa's Maps and Plans of Ceylon (1624-1628)*. Colombo: A. C. Richards. 1929

REIS, Nestor Goulart (2000), *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado/ Fapesp. 2000

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha (ed.) (1857-1876), *Chronista do Tissuary*. Nova Goa: 42 vol.s, 1857-1876

SANTOS, Catarina Madeira, TAVARES, Ana Paula (ed.) (2002), *Africae Monumenta: Arquivo Caculo Cachenda*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga

e Instituto de Investigação Científica Tropical. vol. I, 2002

SILVA, R. K. de; BEUMER, W. G. M. (org.) (1988), *Illustrations and Views of Dutch Ceylon 1602-1796*. Londres e Leiden: Serendib e Brill. 1988

SILVEIRA, Luís (1956), *Ensaio de Iconografia das cidades portuguesas do Ultramar*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. 4 vol.s, 1956

SOUSA, Maria Augusta da Veiga e (1986), Roteiro e descrição sumária dos documentos que existem em microfilmes, na Filmoteca do ex-Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: n°47, 1986

TOSTÕES, Ana; ROSSA, Walter (coord.) (2008), *Lisboa 1758: o plano da Baixa Hoje*. Lisboa: catálogo, Câmara Municipal de Lisboa. 2008

VITERBO, Francisco de Souza (1899-1922), *Diccionario historico e documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 3 vol.s, 1988

desconstrução da cidade portuguesa...

8 ficha da unidade curricular (FUC)

São duas versões de quatro páginas cada: a original e a que resulta revista com a elaboração deste relatório.

Ficha de Unidade Curricular

IDENTIFICAÇÃO

Nome:	Construção da cidade portuguesa		Código:	AU3
Língua de ensino:	Português		ECTS:	10
Ciclo/Etapa :	3		Semestre:	2º, 3º ou 4º

OBJECTIVOS FORMATIVOS

Objectivos

(síntese das competências específicas a atingir por esta Unidade Curricular):

Nas últimas décadas a *cidade portuguesa* desenvolveu-se como um conceito disciplinar que, mais do que determinar a existência de uma urbanística (teoria) e urbanismo (praxis) específicos da cultura portuguesa, visa definir a conjugação de uma territorialidade, espacialidade e vivência com matrizes e características claramente identificáveis e únicas. Confrontando a realidade e a sua construção com a própria construção historiográfica e disciplinar do conceito, nesta disciplina provocaremos a sua desconstrução em colectivo com vista à sua reconstrução por cada um.

programa mínimo^A:

1. alguns conceitos
2. fundamentos para uma *cidade portuguesa*
3. identidades outras
4. os pioneiros da *história do urbanismo português*
5. de Orlando Ribeiro ao magistério de Horta Correia *na Nova*
6. *Universo Urbanístico Português 1415-1822*
7. uma leitura I: antecedentes da *escola portuguesa de arquitectura, urbanismo e engenharia militar*
8. uma leitura II: de Mazagão...
9. uma leitura III: ...a Mazagão
10. Lisboa, a *caput Mundi* como laboratório de processos

^A Assinalar com * os tópicos que correspondam (ou incluam) conhecimentos de ponta na área.

pré-requisitos^B:

Não tem.

^B Disciplinas cuja frequência prévia é aconselhada.

competências genéricas (Instrumentais, Pessoais e Sistémicas):

(assinalar até cinco competências principais com o valor 1 e até cinco competências secundárias com o valor 2)

Categoria	Competências	
Instrumentais	Competência em análise e síntese	1
	Competência em organização e planificação	
	Competência em comunicação oral e escrita	
	Conhecimento de uma língua estrangeira	
	Conhecimentos de informática relativos ao âmbito do estudo	
	Competência em gestão da informação	2
	Competência para resolver problemas	2
	Uso da internet como meio de comunicação e fonte de informação	
	Capacidade de decisão	
Pessoais	Competência em trabalho em grupo	
	Competência em trabalho em equipas interdisciplinares	1
	Competência em trabalho num contexto internacional	2
	Competência em relações interpessoais	
	Valorização da diversidade e multiculturalidade	
	Competência em raciocínio crítico	1
	Competência para comunicar com pessoas que não são especialistas na área	
	Competência em entender a linguagem de outros especialistas	
	Compromisso ético	
Sistémicas	Competência em aprendizagem autónoma	
	Adaptabilidade a novas situações	
	Criatividade	2
	Liderança	
	Conhecimento de outras culturas e costumes	
	Iniciativa e espírito empreendedor	
	Preocupação com qualidade	
	Preocupação com desenvolvimento sustentado	
	Competência em aplicar na prática os conhecimentos teóricos	1
	Ambição profissional	
	Competência em planear e gerir	1

desconstrução da cidade portuguesa...

	Competência em autocrítica e auto-avaliação	
	Competência em investigar	2
	Capacidade negocial	

Tipologia e número das horas de contacto

PARTIÇÃO DAS HORAS DE CONTACTO								
T	TP	PL	TC	S	E	OT	O	Total
	20			40				60

T - Teóricas, TP - teórico-práticas, PL - Práticas e laboratórios, TC – Trabalho de Campo;

S - Seminário, E – Estágio, OT - Orientação tutorial, O – Outras,

AVALIAÇÃO:

N.	Componentes de avaliação	Cotação indicativa [%]
1	Relatório de seminário ou visita de estudo	
2	Trabalho laboratorial ou de campo	
3	Resolução de problemas ^A	
4	Trabalho de síntese	
5	Projecto ^B	
6	Trab. de investigação	
7	Mini testes	
8	Frequência	
9	Exame	
10	Fichas de Leitura	100

^A Um (ou vários) problema(s) que o estudante deve resolver por sua conta e apresentar o respectivo relatório de resolução. ^B Incluem-se pequenos projectos no âmbito de qualquer disciplina.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

8 títulos dos 80:

Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822 (Actas). Lisboa: org. Walter Rossa, Renata de Araujo e Hélder Carita, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 2001

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2008) — *Da Cidade e Fortificação em textos portugueses (1540-1640)*. Coimbra: dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de

Coimbra. 2008

REIS, Nestor Goulart (1964) — *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Pini. 2001

ROSSA, Walter (1995) — *Cidades Indo-Portuguesas: contribuição para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental/Indo-Portuguese Cities: a contribution to the study of Portuguese urbanism in the Western Hindustan*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1997

ROSSA, Walter (1989-2001) — *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina. 2002

ROSSA, Walter (2005) — *Construção da cidade portuguesa: relatório da disciplina apresentado ao concurso para provimento da vaga de Professor Associado do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra*. Coimbra: edição do autor. 2005

TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida (1999) — *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte. 1999

TRINDADE, Luísa (2009) — *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra. 2009

RECURSOS ESPECÍFICOS NECESSÁRIOS:

Sala de aula que possibilite a aula expositiva, o que implica a existência de mecanismos de projecção, quadro para escrita, condições acústicas e de iluminação adequadas.

MÉTODOS DE ENSINO^A:

A unidade curricular estruturar-se-á sobre 15 sessões de trabalho de quatro horas cada. Dez delas serão repartidas entre uma parte expositiva (com recurso a meios áudio-visuais) e a discussão em seminário dos assuntos versados, os quais estão sucintamente listados no *Programa Mínimo*. A abordagem de cada tema terá em linha de conta, sempre que existam dados para tal, três momentos a recordar, sendo evidente o carácter de charneira do segundo: 1) o do constituição do facto; 2) o da produção do conhecimento sobre ele; 3) o da sua contemporaneidade.

Depois de duas daquelas aulas será realizada uma terceira, que consistirá na apresentação e discussão da ficha de leitura que cada aluno preparou acerca de uma obra, ou conjunto coerente de obras, directamente relacionadas com os temas abordados nas sessões anteriores.

^A Breve referência aos métodos adoptados com vista à prossecução dos objectivos.

Ficha de Unidade Curricular

(revista em função do presente relatório)

IDENTIFICAÇÃO

Nome:	Construção da cidade portuguesa: urbanização e conceito		Código:	AU3
Língua de ensino:	Português		ECTS:	10
Ciclo/Etapa :	3		Semestre:	2º, 3º ou 4º

OBJECTIVOS FORMATIVOS

Objectivos

(síntese das competências específicas a atingir por esta Unidade Curricular):

Nas últimas décadas a *cidade portuguesa* desenvolveu-se como um conceito disciplinar que, mais do que determinar a existência de uma urbanística (teoria) e urbanismo (praxis) específicos da cultura portuguesa, visa definir a conjugação de uma territorialidade, espacialidade e vivência com matrizes e características claramente identificáveis e únicas.

Confrontando a realidade/ urbanismo e a sua construção/ *urbanização* com a própria construção historiográfica e disciplinar do *conceito*, nesta unidade curricular provocaremos a sua desconstrução em colectivo com vista à sua reconstrução por cada um. *Urbanização e conceito* que servem de bandeira aos dois segmentos do programa.

programa mínimo^A:

1. conceitos operativos*
2. dos pioneiros ao *Universo Urbanístico Português*
3. antecedentes e agentes de um escol português de arquitetura, urbanismo e engenharia militar*
4. Lisboa 1: a *caput Mundi* cosmopolita como laboratório de processos e outros casos clássicos da dita *modernidade quinhentista**
5. de Mazagão...*
6. ... a *Mazagão**
7. Lisboa 2: a *nova Roma* e outros desenvolvimentos iluministas como símbolos e corolário do *modo português* do 1º Império*
8. continuidades e novas modernidades no 2º Império e a dimensão informal na contemporaneidade

^A Assinalar com * os tópicos que correspondam (ou incluam) conhecimentos de ponta na área.

pré-requisitos^B:

Não tem.

^B Disciplinas cuja frequência prévia é aconselhada.

competências genéricas (Instrumentais, Pessoais e Sistêmicas):

(assinalar até cinco competências principais com o valor 1 e até cinco competências secundárias com o valor 2)

Categoria	Competências	
Instrumentais	Competência em análise e síntese	1
	Competência em organização e planificação	
	Competência em comunicação oral e escrita	
	Conhecimento de uma língua estrangeira	
	Conhecimentos de informática relativos ao âmbito do estudo	
	Competência em gestão da informação	2
	Competência para resolver problemas	2
	Uso da internet como meio de comunicação e fonte de informação	
	Capacidade de decisão	
Pessoais	Competência em trabalho em grupo	
	Competência em trabalho em equipas interdisciplinares	1
	Competência em trabalho num contexto internacional	2
	Competência em relações interpessoais	
	Valorização da diversidade e multiculturalidade	
	Competência em raciocínio crítico	1
	Competência para comunicar com pessoas que não são especialistas na área	
	Competência em entender a linguagem de outros especialistas	
	Compromisso ético	
Sistêmicas	Competência em aprendizagem autónoma	
	Adaptabilidade a novas situações	
	Criatividade	2
	Liderança	
	Conhecimento de outras culturas e costumes	
	Iniciativa e espírito empreendedor	
	Preocupação com qualidade	
	Preocupação com desenvolvimento sustentado	
	Competência em aplicar na prática os conhecimentos teóricos	1

desconstrução da cidade portuguesa...

	Ambição profissional	
	Competência em planear e gerir	1
	Competência em autocrítica e autoavaliação	
	Competência em investigar	2
	Capacidade negocial	

Tipologia e número das horas de contacto

PARTIÇÃO DAS HORAS DE CONTACTO								
T	TP	PL	TC	S	E	OT	O	Total
	20			40				60

T - Teóricas, TP - teórico-práticas, PL - Práticas e laboratórios, TC – Trabalho de Campo;

S - Seminário, E – Estágio, OT - Orientação tutorial, O – Outras,

AVALIAÇÃO:

N.	Componentes de avaliação	Cotação indicativa [%]
1	Relatório de seminário ou visita de estudo	
2	Trabalho laboratorial ou de campo	
3	Resolução de problemas ^A	
4	Trabalho de síntese	
5	Projeto ^B	
6	Trab. de investigação	
7	Mini testes	
8	Frequência	
9	Exame	
10	Fichas de Leitura	100

^A Um (ou vários) problema(s) que o estudante deve resolver por sua conta e apresentar o respectivo relatório de resolução. ^B Incluem-se pequenos projetos no âmbito de qualquer disciplina.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

10 títulos de 150:

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2008), *Da Cidade e Fortificação em textos portugueses (1540-1640)*. Coimbra: dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra.

2008

- FERNANDES, José Manuel (1987), O Lugar da Cidade Portuguesa. *Povos e Culturas*. Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa. nº2, 1987: 79-112
- MATTOSO, José (dir.) (2010), *Património de origem portuguesa no Mundo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 3 vol.s, 2010
- REIS, Nestor Goulart (1964), *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Pini. 2001
- ROSSA, Walter (1989-2001), *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina. 2002
- ROSSA, Walter (1995), *Cidades Indo-Portuguesas: contribuição para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental/Indo-Portuguese Cities: a contribution to the study of Portuguese urbanism in the Western Hindustan*. Lisboa: (Português/Inglês) Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1997
- ROSSA, Walter (2012), *Construção da cidade portuguesa: urbanização e conceito*. Coimbra: relatório da disciplina apresentado à Universidade de Coimbra para a obtenção do grau de agregado. 2012
- ROSSA, Walter; ARAUJO, Renata; CARITA, Helder (coord.) (1999), *Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: atas, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2001
- TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida (1999), *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte. 1999
- TRINDADE, Luísa (2009), *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 2012 (no prelo)

RECURSOS ESPECÍFICOS NECESSÁRIOS:

Sala de aula que possibilite a aula expositiva, o que implica a existência de mecanismos de projeção, quadro para escrita, condições acústicas e de iluminação adequadas.

MÉTODOS DE ENSINO^A:

A unidade curricular estruturar-se-á sobre 15 sessões de trabalho de quatro horas cada. Oito serão repartidas entre uma parte expositiva em aula teórico-prática (com recurso a meios audiovisuais) com a duração de duas horas e meia e a discussão em seminário, durante a hora e meia restante, dos assuntos versados. A abordagem de cada tema terá em linha de conta, sempre que existam dados para tal, três momentos a recordar, sendo evidente o carácter de charneira do segundo: 1) o da constituição do facto; 2) o da produção do conhecimento sobre ele; 3) o da sua contemporaneidade. Este conjunto de sessões constitui o segmento *urbanização* do Programa. As outras sete sessões (intercaladas), em seminário, destinam-se à preparação, apresentação oral e em texto de um trabalho de desenvolvimento sobre o papel e perspetiva de um ou de um conjunto de personalidades que num momento, ou em vários da sua carreira, se tenham dedicado, ou estejam a dedicar, a investigar, refletir e publicar sobre matérias que se cruzem ou contribuam diretamente para o tema da *cidade portuguesa* ou do urbanismo português. Este conjunto de sessões constitui o segmento *conceito* do Programa.

^A Breve referência aos métodos adoptados com vista à prossecução dos objectivos.

9 notas

¹ Cabe aqui registar que a primeira vez que experimentei o ensino autónomo desta temática foi em 2003, num curso intensivo ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Aliás na ocasião assumiu mesmo esta designação (UUP), que me é muito cara.

² A disciplina surgiu na década de 1980 na Licenciatura em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto e em 1992 na do DARQ. Embora no Porto se encontre dividida por dois anos e em Coimbra seja apenas leccionada em um, o arco temporal e a temática é coincidente entre a *História da Arquitetura Portuguesa I* do Porto e a única de Coimbra. Ver A. Alves Costa (1991). *História da Arquitectura Portuguesa, relatório*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (policopiada). 1991, publicado com alterações como COSTA, A. Alves (1994), *Introdução ao estudo da História da Arquitectura Portuguesa*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. 1995.

³ Sobre estas matérias, e deixando para quem de direito as vastas referências no campo da antropologia, impõe-se-me a referência a RYKWERT, Joseph (1963), *The Idea of a Town: the anthropology of urban form in Rome, Italy and the Ancient World*. Cambridge/London: MIT Press. 1988.

⁴ ROSSA, Walter (1995), A cidade portuguesa. *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores. 3 vol.s, vol. III, 1995: 275-291, também publicado em ROSSA, Walter (1989-2001), *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina. 2002: 274-308

⁵ *Império informal* ou *império sombra* são expressões que a historiografia especializada tem vindo a desenvolver como conceitos para explicar fenómenos de presença portuguesa bem para além dos territórios alguma vez administrados pelo Estado Português. Ver, entre outros, WINIUS, George Davison (1985), *A Lenda Negra da Índia Portuguesa: Diogo do Couto, os seus contemporâneos e o Soldado Prático*. Lisboa: Antígona. 1994; SUBHRAMANIAN, Sanjay (1990), *Comércio e Conflito, a presença portuguesa no Golfo de Bengala 1500-1700*. Londres e New York: Edições 70. 1994; SUBRAHMANYAM, Sanjay (1993), *O Império Asiático Português, 1500-1700, uma história política e económica*. Lisboa: Difel. 1995; NEWITT, Malyn (2005), *A history of Portuguese overseas expansion, 1400-1668*. London/ New York: Routledge. 2005. Note-se como são autores de formação anglo-saxónica, exercitada sobre o conceito britânico de *império*, o que determina uma leitura desviada, porque contemporânea, do que era ou poderia ser um império em Quinhentos ou Seiscentos, pelo menos.

⁶ Foi esta a designação abreviada de um projeto produzido entre 1997 e 2002 pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, criado e dirigido em comissariado por mim, Renata de Araujo e Helder Carita, o qual teve como ponto alto a realização em Coimbra em 1999 do *Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Dele — cuja designação completa era *A cidade como civilização: Universo urbanístico Português 1415-1822* — resultaram um conjunto de publicações, entre as quais as atas daquela reunião científica.

⁷ Sobre estes aspetos ver, entre outros, as coletâneas CORBOZ, André (2001), *Le Territoire comme palimpseste et autres essais*. Paris: L'Imprimeur. 2001 e TERÁN, Fernando de (2009), *El pasado activo: del uso interesado de la historia para el entendimiento y la construcción de la ciudad*. Madrid: Akal. 2009.

⁸ Transcrição de parte do ponto (4) anterior.

⁹ Transcrição de parte do ponto (4) anterior.

¹⁰ KUBLER, George (1962), *The shape of time, remarks on the history of things*. New Haven: Yale University Press. 1962.

¹¹ ASCHER, François (2001-2008), *Novos princípios do urbanismo [e] Novos compromissos urbanos: um léxico*. Lisboa: Livros Horizonte. 2010.

¹² Transcrição de parte do ponto 4 (*programa*).

¹³ GARCIA BELLIDO, A.; TORRES BALBÁS, L.; CERVERA VERA, L.; CHUECA GOITIA, F.; BIDAGOR LASARTE, P. (1954), *Resumen Historico del Urbanismo en España*. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local. 1987.

¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de (1936), *Raízes do Brasil*. S. Paulo: Companhia das Letras. 1995.

¹⁵ AZEVEDO, Thales de (1949), *Povoamento da Cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador. 1949.

¹⁶ SAMPAIO, Teodoro (1949), *História da fundação da Cidade do Salvador*. Salvador: 1949

¹⁷ RIBEIRO, Orlando (1945-1994), *Opúsculos Geográficos: temas urbanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1994

¹⁸ FRANÇA, José Augusto (1962), *Lisboa Pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Bertrand. 1987.

¹⁹ CORREIA, José Eduardo Horta (1984), *Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política pombalina*. Porto: FAUP. 1998.

²⁰ REIS, Nestor Goulart (1964), *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Pini. 2001.

²¹ SANTOS, Paulo F. (1968), *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2001.

²² DELSON, Roberta Marx (1979), *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*. Brasília: Alva—Ciord. 1997.

²³ AZEVEDO, Paulo Ormindo (1990), Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira: origens. *Colectânea de Estudos: Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: org. Renata de Araujo e Hélder Carita, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1998: 39-70.

²⁴ CHICÓ, Mário Tavares (1956), A Cidade Ideal do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia. *Garcia de Orta*. Lisboa: Revista das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar. n.º especial, 1956: 319-328 e HIORNS, Frederick R. (1956), *Town-building in history: an outline review of conditions, influences, ideas, and methods affecting "planned" towns through five thousand years*. Londres: Geirge G. Harrap & Co. 1956.

²⁵ FERRÃO, Bernardo José (1985), *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás: 1758/1813*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1989.

²⁶ RODRIGUES, Maria João Madeira (1979), Fundamentos da teoria do urbanismo colonial português. *Belas Artes*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes. n.º7 da 3ª série, 1985: 165-175 e PORTAS, Nuno (1985), Interrogações sobre as Especificidades das Fundações Urbanas Portuguesas. *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Vega. 1995: 430/5

²⁷ TEIXEIRA, Manuel C. (1990), Portuguese traditional settlements, a result of cultural miscigenation. *Traditional dwellings and settlements review*. Berkeley: IASTE. n.º2, vol.I, 1990: 23-34 e TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida (1999), *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte. 1999.

²⁸ Ver 5. Araujo, Renata; Carita, Helder (org.) (1982-1997), *Colectânea de Estudos: Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1998 e ROSSA, Walter; ARAUJO, Renata; CARITA, Helder (coord.) (1999), *Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822, Actas do*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2001.

²⁹ ROSSA, Walter (1996), O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas. *IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Rio de Janeiro: PROURB da Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1996/11/27 a 29, também publicado em ROSSA, Walter (1989-2001), *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina. 2002: 361-389.

³⁰ CARITA, Helder (1998), *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte. 1999.

³¹ CARITA, Helder (1990), *O Bairro Alto: tipologias e modos arquitectónicos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 1994.

³² ROSSA, Walter (2001), *DiverCidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra: (edição policopiada) dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2001: 613-839 (capítulo 9).

³³ Para esta aula e seguintes é fundamental as sínteses, caso a caso, contidas na obra MATTOSO, José (dir.) (2010), *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 3 vol.s, 2010.

³⁴ “De Mazagão a Mazagão, as cidades do outro lado do *espelho oceânico*” é o título de uma parte do texto referenciado na nota 4.

³⁵ FERNANDES, José Manuel (1992), *Cidades e Casas da Macaronésia*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1996.

³⁶ ROSSA, Walter (1995), *Cidades Indo-Portuguesas: contribuição para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental/Indo-Portuguese Cities: a contribution to the study of Portuguese urbanism in the Western Hindustan*. Lisboa: (Português/Inglês) Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1997.

³⁷ Caberá aqui apresentar os resultados, em várias publicações, do projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (referência POCTI/HAR/47225/2002) *Bombaim Antes dos Ingleses. A marca portuguesa no território da península de Bombaim*, desenvolvido no Centro de Estudos de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em colaboração com o Centro de História do Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

³⁸ É difícil selecionar bibliografia específica por entre tudo quanto já se publicou sobre o urbanismo colonial no Brasil. Porém, das obras gerais considero incontornáveis e, entre elas, complementares, as seguintes: REIS, Nestor Goulart (1964), *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Pini. 2001; SANTOS, Paulo F. (1968), *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

- 2001; DELSON, Roberta Marx (1979), *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*. Brasília: Alva-Ciord. 1997 REIS, Nestor Goulart (2000), *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado/ Fapesp. 2000.
- ³⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno (2001), *Des terres aux Villes de l'Or*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian. 2003.
- ⁴⁰ ARAUJO, Renata de (2000), *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*. Lisboa: dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa. 2 vol.s, 2000.
- ⁴¹ ARAUJO, Renata de (1992), *As Cidades da Amazônia no século XVIII — Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP. 1998.
- ⁴² PIMENTEL, Luís Serrão (1680), *Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*. Lisboa: fac-símile pela Direção da Arma de Engenharia. 1993; FORTES, Manoel de Azevedo (1728/9), *O Engenheiro Português*. Lisboa: fac-símile pela Direção da Arma de Engenharia. 2 vol.s, 1993.
- ⁴³ FORTES, Manoel de Azevedo (1720), *Representação feyta a S. Magestade sobre a forma e direcçam que devem ter os engenheyros*. Lisboa: Of. Mathias Pereyra da Silva. 1720.
- ⁴⁴ HOLANDA, Francisco d' (1571), *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte. 1984.
- ⁴⁵ ROSSA, Walter (1990), *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa Setecentista*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. 1998.
- ⁴⁶ FRANÇA, José Augusto (1962), *Lisboa Pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Bertrand. 1987.
- ⁴⁷ SEPÚLVEDA, Christovam Ayres de Magalhães (1910), *Manuel da Maya e os engenheiros militares portugueses no Terremoto de 1755*. Lisboa: Imprensa Nacional. 1910.
- ⁴⁸ TOSTÕES, Ana; ROSSA, Walter (coord.) (2008), *Lisboa 1758: o plano da Baixa Hoje, Catálogo da Exposição*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2008.
- ⁴⁹ CORREIA, José Eduardo Horta (1984), *Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política pombalina*. Porto: FAUP. 1998 e HORTA, João Manuel Gomes (2006), *Vila Real de Santo António, forma limite no Urbanismo Histórico Português*. Faro: dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Algarve. 2006.
- ⁵⁰ ROSSA, Walter (2009), *Cidades da Razão: Vila Real de Santo António e arredores. Monumentos*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. n.º 30, 2009: 16-31.
- ⁵¹ Ver nota 5.
- ⁵² COQUERY-VIDROVICH, Catherine, (2001), *Luso-Africains et Afro-Brésiliens du XVIème au XIXème siècle*. *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*. Paris: n.ºXLII, 2001: 155-168; MARK, Peter (1996), *Portuguese architecture and Luso-African identity in Senegambia and Guinea, 1730-1890*. *History in Africa*, African Studies Association. n.º 23, 1996: 1-18; MARK, Peter (2002), *“Portuguese” style and luso-african identity: precolonial Senegambia, sixteenth-nineteenth centuries*. Bloomington, Indiana University Press. 2002.